Pl
A
to
fa
hc
ot
sá

Coleção **SOCIOLOGIA BRASILEIRA** Volume 7

FICHA CATALOGRAFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ)

F399s Fernandes, Florestan.
A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1976.
272p. (Sociologia brasileira, v. 7).

Bibliografia.

1. Sociologia 2. Sociologia — História — Brasil 3. Sociólogos — Brasil I. Título II. Série.

76-0791 CDD — 301.0981
CDU — 30(81)

FLORESTAN FERNANDES

A SOCIOLOGIA NO BRASIL

Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento

VOZES

Petrópolis
1977

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
BIBLIOTECA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Capítulo 8

EM BUSCA DE UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA E MILITANTE

Nos últimos anos, tenho recebido muito incentivo — com maior freqüência no país, mas também do exterior — para escrever uma espécie de autobiografia ou, pelo menos, para explicar como surgiu o que alguns chamam, por falta de imaginação, de «a escola paulista de sociologia». Sempre me furtei a esses apelos. Foi graças a alguns colegas e amigos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis e a certas discussões com Carlos Guilherme Mota que me dei conta de que deveria aproveitar parte desse estímulo. Não, certamente, para escrever uma autobiografia. Não tenho importância intelectual para tanto. E ainda menos, para «explicar» uma escola que não existe e nunca existiu. Apenas, para situar a *minha versão* da trajetória que percorri: o que liga a minha formação com o meu passado e o que pretendi fazer como sociólogo. Não como um balanço em profundidade; mas, como um retrato sincero, à maneira de Graciliano Ramos, das «minhas razões» e do «porquê» não consegui transcender à abominável «situação profissional», tão estreita de perspectivas e de possibilidades em nosso meio.

O título da informação parece pomposo demais. Ele responde, no entanto, ao elemento subjetivo, que impulsionou o meu pensamento, a minha vocação e as minhas relações com os vários tipos de auditório que tive, como professor, conferencista e autor. Aliás, um dos primeiros livros de Marx, que li, foi *A Sagrada Família*; através de Marcuse, ou seja, de *Reason and Revolution*, a sua melhor contribuição ao marxismo, bem cedo me familiarizei com o poder do pensamento negador; e logo em 1941, como estudante do professor Maugué, aprendi algo a respeito das implicações da esquerda e da direita hegelianas. Poderão objetar-me que essa orientação crítica e militante não aparece de maneira tão clara nos escritos que vão de 1942 a 1960. Pediria a esses leitores que procurassem ler melhor o que escrevi e ver se, por trás de um aparente empírico-criticismo ou de um sociologismo «experimentalista», não havia uma firme intenção que cresce aos

poucos, na medida em que abria espaço para defrontar-me com as inibições de uma sociedade tão opressiva e repressiva quanto a brasileira. Não pude ligar a minha condição de socialista com a minha condição de sociólogo. Todavia, isso era algo que transcendia às possibilidades de uma «sociologia científica» que era aceita, pelos donos do poder, em termos de um sociologismo positivista mal compreendido. O que importa, no caso, é a projeção de minha vontade e o elemento subjetivo intrínseco às intenções que transmitia, implícita ou explicitamente, pelas quais enquadrava a sociologia dentro de uma posição materialista especificamente engelsiana e a comprometia com o confronto com a sociedade — com o desmoronamento da civilização industrial capitalista, no que me ligava a Rosa de Luxemburgo de *Reforma ou Revolução*? O amplo uso que fiz de Mannheim sugerem as fronteiras não declaradas de um inconformismo que incorporei à sociologia (e que, portanto, nunca foi externo àquilo que poderia designar como a *minha prática sociológica*).

Contudo, não emprego o rótulo em questão para «valorizar-me» ou para compartilhar dos benefícios da «moda». Os que me conhecem — e em particular os que valem mais para mim: os que colaboraram diretamente comigo na construção de uma obra que hoje não pode ser ignorada — sabem que sempre fui avesso a sucumbir às «correntes da moda». As modas vão e vêm. O pensamento criador, dentro da ciência ou fora dela, fica. Coloquei-me, sempre, neste lado. A surpresa, para mim, não é que tenha chegado ao emprego do rótulo; é que, de repente, me vejo sancionado por uma moda que não «valorizo». Para dizer tudo já, ao contrário, abomino. A covardia intelectual que levou os maiores epígonos do pensamento sociológico crítico a sacrificarem à liberdade acadêmica do «grande homem» a condição militante do *intelectual engajado* deixa-me perplexo e me obriga a dar razão seja a Lenin, seja aos líderes do protesto negro nos Estados Unidos, quanto à apreciação das ambigüidades do intelectual. Eles converteram a sociologia «crítica» e «militante» em mero paliativo e alguns deles — os piores, que só se beneficiaram da moda — em uma vantajosa forma de transação, pela qual tiraram o que puderam da ordem, dando muito pouco ou quase nada aos movimentos de contestação. Eu parti de uma posição e de uma orientação inversas e se dei, por minha vez, tão pouco à contestação e à revolução, a culpa não é minha. Avancei até aonde podia e tentei cumprir o que me parecia o

meu dever, sem fazer concessões à esquerda e à direita. E com esta travei o verdadeiro combate, embora nos limites melancólicos dentro dos quais alguém pode enfrentar o adversário *dentro* e *através* de uma rede institucional de poder, construída, mantida e dinamizada para neutralizar e destruir o pensamento crítico, com todas as suas irradiações diretas e indiretas sobre a atuação intelectual militante.

A FORMAÇÃO

A tendência intelectualista firmou uma tradição. Os «anos de formação» correspondem aos «anos de socialização acadêmica», ou seja, o período compreendido entre a escolarização ao nível do ensino superior propriamente dito e as últimas etapas da nobilitação para a «carreira acadêmica». No meu caso, se se entendesse a coisa nesse sentido, os «anos de formação» iriam de 1941 a 1953 (o início do curso superior e a obtenção da livre-docência na cadeira de Sociologia I) ou, no máximo, até 1957, ano em que escrevi *A Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais* (para mim um verdadeiro marco na definição da minha *idade madura* como sociólogo). No entanto, eu próprio não perfilho essa concepção intelectualista de «formação». Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições da vida. Para o bem e para o mal — sem invocar-se a questão do *ressentimento*, que a crítica conservadora lançou contra mim — a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu destorcer nem esterilizar. Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e antiintelectualista, afirmo que iniciei a minha *aprendizagem* «sociológica» aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a *convivência humana* e a *sociedade*, em uma cidade na qual não prevalecia a «ordem das bicadas», mas a «relação de presa», pela qual o *homem se alimentava do homem*, do mesmo modo que o tubarão come a sardinha ou o gavião devora os animais de pequeno porte. A criança estava perdida nesse mundo hostil e tinha de voltar-se para dentro de si mesma para procurar nas «técnicas do corpo» e nos «ardis dos fracos» os meios de autodefesa para a sobrevivência. Eu não estava sozinho. Havia a minha mãe. Porém a soma de duas

fraquezas não compõe uma força. Éramos varridos pela «tempestade da vida» e o que nos salvou foi o nosso *orgulho selvagem*, que deitava raízes na concepção agreste do mundo rústico, imperante nas pequenas aldeias do norte de Portugal, onde as pessoas se mediam com o lobo e se defendiam a pau do animal ou de outro ser humano.

Há pouco interesse em descrever a variedade de ocupações a que precisei dedicar-me ou as venturas e desventuras que partilharam uma infância e uma adolescência tão marcadas pela necessidade de *ganhar a vida*, de buscar no trabalho — por vezes humilhante e degradante — um instrumento de relação com os outros e de pressão sublimadora. Fazendo o que me via forçado a fazer também era compelido a uma constante busca para vencer uma condição em que o *lumpen-proletário* (e não o operário) definia os limites ou as fronteiras do que não era «gente». Antes de estudar esse processo na pesquisa sobre o negro, vivi-o em todos os matizes e magnitudes. A fronteira que me era negada também era conhecida pela experiência concreta. Na casa da minha madrinha Hermínia Bresser de Lima, onde vivi durante uma parte da infância, ou ocasionalmente ia passar alguns dias; e na casa de outros patrões de minha mãe, entrei em contacto com o que era *ser gente* e *viver como gente*. Além disso, através das várias ocupações, morei na casa de empregadores — uma família negra, outra família italiana e, parcialmente, uma família sírio-libanesa. Em suma, do «tradicional» ao «moderno», do «nacional» ao *estrangeiro*, dei-me conta quão grande e complexo era o mundo, e que nada me forçava a encerrar-me no confinamento dos porões, dos cortiços e dos quartos de aluguel em que morava com a minha mãe. Por fim, a mobilidade imposta pelos empregos da minha mãe ou pela elevação dos aluguéis expôs-me a conhecer vários bairros de São Paulo e vários tipos de vizinhança. Se tinha pouco tempo para aproveitar a infância, nem por isso deixava de sofrer o impacto humano da vida nas trocinhas e de ter résteas de luz que vinham pela amizade que se forma através do *companheirismo* (nos grupos de folgue-dos, de amigos de vizinhança, dos colegas que se dedicavam ao mesmo mister, como meninos de rua, engraxates, entregadores de carne, biscateiros, aprendizes de alfaiate e por aí a fora). O caráter humano chegou-me por essas frestas, pelas quais descobri que o «grande homem» não é o que se impõe aos outros de cima para baixo ou através da história; é o homem que estende

a mão aos semelhantes e engole a própria amargura para compartilhar a sua condição humana com os outros, dando-se a si próprio, como fariam os meus Tupinambá. Os que não têm nada que dividir repartem com os outros as suas pessoas — o ponto de partida e de chegada da *filosofia de «folk»* dentro da qual organizei a minha primeira forma de sabedoria sobre o homem, a vida e o mundo.

Essa filosofia de «folk» constituía a cultura dentro da qual me movia, que só era suplementada pelos conhecimentos práticos requeridos pelos trabalhos que exercesse, todos muito rudimentares e de escasso valor técnico ou econômico. Ela existia nas famílias tradicionais ou ricas, com que interagia marginal ou centralmente; mas era entre os pobres que ela imperava, tendo na vida dos bairros o seu suporte social. Assim, no convívio com os meninos da minha idade, com os companheiros de trabalho, mais novos ou mais velhos, e com as pessoas que faziam parte da vizinhança — e mais especialmente dentro de casa ou no convívio com os meus tios e avós, que moravam em Bragança e com os quais eu passava, vez ou outra, algum tempo — tornei-me o típico morador pobre da cidade da década de 20, que só era *urbano* pela localização espacial e pela relação tangencial com o sistema de trabalho. Todos éramos rústicos e desenraizados, mesmo os que procediam do interior do Estado de São Paulo, e todos estávamos aprendendo a *viver na cidade,* mesmo os que, como eu, nasceram dentro de seus marcos e dos seus muros. O código de honra, a mentalidade, a noção de dever e de lealdade, o imperativo da solidariedade, até mesmo a sobranceria irredutível dos que «estão por baixo» não provinham da *civilização* — como gostam de dizer os antropólogos — nem do cosmos urbano e da religião católica. Tudo aquilo fazia parte do que, mais tarde, aprendi ser «a cultura do inculto» e que a cidade ainda não destruíra. Ao contrário, à medida que as famílias ricas se deslocavam e deixavam seus sobrados para os pobres, ao se converterem em cortiços estes serviam como redutos a esta cultura (e também à variedade que ela assumia, graças às diversas origens nacionais, étnicas e raciais da população pobre e dependente). Mesmo quando a família rica alugava os porões, essa realidade não se alterava. Portanto, várias «cidades» coexistiam lado a lado, dentro do mesmo espaço urbano, que não impunha nenhuma idade cultural, mas harmonizava, horizontalmente, os contrários que se toleravam sem se comunicarem. Os que «não

eram gente» ou que formavam «a gentinha», apinhando-se nos interstícios, nos espaços vazios e zonas de transição, ou nos medonhos cortiços-gigantes — nos quais nunca cheguei a morar — não se *urbanizavam,* em termos de estilo de vida. Encontravam dentro da cidade um nicho no qual mantinham suas pequenas cidadelas culturais e seus diferentes padrões de rusticidade. Italianos, portugueses, espanhóis, gente do interior e o imenso rol dos pobres não escondiam a sua miséria dentro dessas fortalezas — antes, defendiam a sua humanidade. Os «ricos», por sua vez, quando não podiam acompanhar a rápida transformação da organização ecológica dos bairros e do crescimento horizontal da cidade, protegiam-se dessa aparente coexistência espúria e da superposição que ela acarretava segregando-se ou isolando-se culturalmente, para não porem em xeque os seus níveis sociais. O menino que eu era vivia essa amalgamação convertendo-se em um ser humano de tipo especial, fascinado pelo luxo de uns ou pela pompa dos que desciam de carros com motoristas de libré, abrindo as portas, diante do Teatro Municipal ou do Cine Paramount; passando o dia-a-dia oscilando entre a fome e a fartura, trabalhando como se fosse adulto — o código de honra de ninguém evitava esse «fardo da criança» — e tendo de admitir que a limpeza exigente de minha mãe não excluía a presença das baratas, a roupa remendada e larga — ganha de famílias generosas ou herdada dos mais velhos — a intolerância destes e a fuga pelo sonho. Em suma, para os que gostam de um toque artístico, um «mundo» de Dickens ou de Carlitos, rebentando como uma floração da *belle époque* provinciana.

Se os contactos com a religião eram esporádicos e medeados pelo folclore, a vinculação com o sistema escolar se tornara ainda mais problemática. Com o nível de renda que tínhamos e a mobilidade espacial que ele envolvia, a escola primária era um luxo, apesar da existência de grupos escolares gratuitos em vários bairros. Por um tempo, enquanto passei alguns meses com a minha madrinha, um pouco antes dos sete anos, freqüentei uma escola primária particular do Brás. Em seguida, voltando a ficar com minha mãe, tornei-me aluno do antigo Grupo Escolar Maria José, na esquina da rua Manuel Dutra com a rua 13 de Maio, na Bela Vista. O diretor da escola, o professor Barros, acabou ficando meu amigo e acompanhou com interesse a minha carreira. Mas, como muitos dos outros, eu era um «aluno rebelde». A escola, de fato, não fazia parte da «nossa cultura»

e tolhia as nossas cogitações imediatas. Não só cabulava aulas, uma vez ou outra. Aceitava a violência que minava a nossa cultura de machões em potencial. Como tomava tabuada de outros colegas — e o fazia segundo regras muito estritas — o resultado era que tinha de «acertar contas na rua» com muita freqüência. O próprio ensino também não nos atraía. Preferíamos, muito mais, fugir para o Morro dos Ingleses e construir lá um mundo mais humano que os dos nossos lares e da nossa vizinhança, um mundo no qual prevalecia a nossa vontade e os nossos desejos. Tudo isso deu ao professor Barros muitas oportunidades para chamar a minha mãe, confabular com ela a meu respeito e me dar conselhos — sem nunca, é verdade, seguir à risca a norma rústica do código de minha mãe: «o senhor pode bater nele à vontade, como se fosse seu pai, se não ele não se emenda». Era um homem humano e um educador, provavelmente frustrado com sua impotência de converter a escola em um centro de educação efetiva. Lá fui munido com o mínimo de requisitos da «vida na cidade», pois aprendi a ler, escrever e contar; e a escola não foi tão sofrível, já que adquiri os rudimentos para me tornar um autodidata exemplar. No terceiro ano tive de deixar a escola, para dar tempo completo ao trabalho; e só muito mais tarde, com pouco mais de 17 anos, quando podia tomar a decisão por mim mesmo, voltaria aos bancos escolares. Todavia, os professores tinham cumprido comigo o seu ofício, ensinando-me muitos hábitos higiênicos e ideais de vida, que nunca mais abandonei, um certo amor pela leitura e a vontade de ligar a minha curiosidade aos livros que me caíssem ao alcance da mão. O que me foi importante, porque no desespero de romper a castração cultural invisível foi por aí que eu próprio abri o meu caminho, formando uma curiosa cultura letrada, que ia do Tico-Tico à literatura de cordel, aos livros de piada, e a uma variadíssima literatura «erudita», na qual prevaleciam os livros didáticos e de história, vendidos nos sebos, e os romances. Se a cidade continha alguma civilização, eu me tornei seu adepto e seu afilhado pelo autodidatismo.

A minha socialização plebéia poderia ser mais rica. Porém, o submundo dentro do qual circulava, de engraxates, entregadores de carne, aprendizes de barbeiro ou de alfaiates, balconistas de padaria, copeiros, garçons, ajudantes de cozinheiro, etc., fechava-se dentro de um círculo pobre. Os seus componentes não acompanhavam com ardor os conflitos operários e com freqüência

formavam a própria opinião através das pessoas a que serviam ou de jornais sensacionalistas. Uma criança ou um adolescente, dentro desse submundo, já faz muito quando enfrenta a pressão negativa contra a curiosidade intelectual. Quando decidi fazer o curso de madureza, por exemplo, enfrentei a resistência rústica, de minha mãe, que achava que eu iria «ficar com vergonha dela», se estudasse; muito pior era a incompreensão e a chacota dos colegas, que ridicularizavam minha propensão pelas leituras e meu apego aos livros dizendo que eu ia acabar «com o miolo mole», de tanto ler; praticamente me incitavam a não deixar de ser como eles e a cultivar a ignorância como uma virtude ou a servidão como um *estado natural do homem*. Nos bares e restaurantes em que trabalhei, por exemplo, nunca recebi um apoio ou um conselho construtivo de qualquer colega, da minha idade ou mais velho, embora entre os fregueses encontrasse simpatia, quem me desse ou emprestasse livros, e até apoio prático para ir mais longe. Se aprendi com aqueles homens de minhas velhas ocupações, não foi para mudar de ofício ou de vida. É que, entre eles, encontrei pessoas de valor, que enfrentavam as agruras da vida com serenidade e tinham o seu padrão de humanidade: sabiam «*ser homens*» e, nesse plano, eram mestres incomparáveis, com toda a sua rusticidade, depreciação da cultura letrada e incompreensão diante dos próprios interesses e necessidades. Foi deles que recebi a segunda capa de socialização, que se superpôs à anterior, pela qual descobri que *a medida do homem* não é dada pela ocupação, pela riqueza e pelo saber, mas pelo «*seu caráter*», uma palavra que significava, para eles, pura e simplesmente, «sofrer as humilhações da vida sem degradar-se».

O toque final dessa preparação *sui generis* foi dado pelo curso de madureza. Enquanto trabalhava no Bar Bidu, na rua Líbero Badaró, instalou-se no sobrado vizinho o Ginásio Riachuelo. Os professores iam ao bar tomar lanche, depois das aulas. Eu sempre ficava atento aos fregueses com os quais podia aprender alguma coisa. Cultivei as relações com alguns dos professores — os mais comunicativos e assíduos — e obtive uma concessão, através do professor Jair de Azevedo Ribeiro de fazer os estudos sob pagamento reduzido. Graças a Manoel Lopes de Oliveira Neto, um dos fregueses de que me tornara amigo, arranjei outro emprego (como entregador de amostras do Laboratório Novoterápica); e graças ao apoio de Ivana e José de Castro Manso Preto, ligados à minha falecida madrinha, um pequeno auxílio

marginal (que, mais tarde, se tornou de cama e comida permanentes), o *problema do estudo* ficou reduzido à expressão mais simples. Sair do bar e ter uma nova oportunidade, naquela época (1937), era algo notável. Os preconceitos contra «esse tipo de gente» atingia tais proporções que, nem com o apoio de Clara Augusta Bresser, irmã de minha madrinha, jamais logrei outra espécie de emprego. O mínimo que se pensava, sobre aquele «tipo de gente», é que éramos «ladrões» ou «imprestáveis»! ... O *lumpen-proletário* era, pois, a principal vítima de sua condição serviçal e de sua vassalagem à ordem estabelecida. Vínhamos, na minha arquitetura mental daquela época, logo abaixo dos gatunos profissionais e dos vagabundos, das prostitutas e dos soldados da Força Pública. O círculo de ferro fora rompido e, com o novo emprego, poderia manter minha mãe e pagar os estudos. A experiência concreta, por sua vez, não me fora inútil. Na pesquisa com Bastide, sobre relações raciais em São Paulo, eu saberia dizer por que a incapacidade de obter uma posição no sistema ocupacional da cidade pesara tão negativamente na história do meio negro na longa e penosa transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

O Ginásio Riachuelo mudara-se para a Alameda Nothmann. Lá eu iria começar a nova rotação, que me incluiria na órbita das relações entre cidades e civilização... O trabalho me ocupava durante o dia, mas deixava alguns claros — aumentados deliberadamente pelo Maneco — para acompanhar as lições e fazer leituras indispensáveis. De outro lado, o *Riachuelo* logo desvendou um mundo novo, em que os professores e as lições não seriam o único eixo. Os estudantes compartilhavam comigo certas dificuldades — não todas. Nenhum possuía origens tão toscas e um desenraizamento tão profundo. Contudo, todos trabalhavam e viam no curso de madureza uma instrumentalidade que eu desconhecia. Todos íamos lá para aprender; os outros, porém, sabiam que abriam caminhos para etapas mais complexas, como chegar ao ensino superior ou a novos empregos. Eu me contentava com o fruto visível, que podia apanhar com as mãos. Como trabalhávamos durante o dia, obtivemos do diretor, professor Benedito de Oliveira, o maior e talvez o único *educador* que tive a oportunidade de conhecer ao longo de minha vida, a chave do prédio. Lá ficávamos, depois das aulas, até bem tarde, às vezes depois da meia-noite ou até uma ou duas horas. Era uma rotina dura. Para racionalizar a verificação da aprendizagem, uns se converteram em «preparadores» dos outros (as matérias foram distribuídas ao azar, segundo preferências mal delimitadas; eu mesmo ficara com história natural). Além disso, por Jussieu da Cunha Batista, cujo avô fora membro da Academia de Letras do Piauí, formamos o nosso cenáculo. Passei, então, do pato ao ganso. As minhas leituras desordenadas adquiriram outra direção e, pela primeira vez, passei a ler os clássicos com afinco e a me concentrar sobre a literatura, especialmente a brasileira. Os debates eram, provavelmente, pretensiosos e ingênuos. Eu próprio ouvia mais do que falava. Ainda assim, fui formando plumagem e, aos poucos, alcei vôo, curto e incerto, no entanto por conta própria. O *Riachuelo* converteu-se em um segundo lar ou, melhor, em um «lar coletivo». Tomamos conta do prédio nos sábados pela tarde e durante todo o dia nos domingos. Até banho e nossas festas, domingo à tarde, eram feitos no *Riachuelo*. Se não era uma comunidade-escola, tínhamos uma escola-comunidade e, sob o seu impulso, a minha imaginação se abriu para além do imediato, do cotidiano e para os «grandes problemas» da literatura, da filosofia e da época; autores de segunda ordem, mas conhecidos, entraram em nossas cogitações. Tendo em vista as nossas possibilidades, nós repetimos o ciclo cultural da transição do século e chegávamos, sobre as nossas pernas, às indagações que dão sentido à filosofia moderna, à ciência e à «crise de cultura». Hoje, um analista exigente sentiria pena do jovem que é condenado, pela sociedade em que vive, a percorrer caminhos tão tortuosos e íngremes para chegar à «ilustração». Para nós, aquilo era puro mel e uma revolução. Lançávamo-nos ao debate das idéias com um senso de independência e de ousadia que nos punha ao abrigo das nossas deficiências e, por isso, nos deixava seguir adiante com os recursos intelectuais de que dispúnhamos. Os mais doutos, sem dúvida, pontificavam mais. No conjunto, todos aproveitavam o esforço comum, realizando algo de que não tínhamos consciência: fugíamos das limitações intrínsecas à *escola secundária brasileira*, completando o ensino que recebíamos, aliás de bom nível em termos relativos, pela improvisação de uma fraternidade de estudantes voltada para a sistematização e a intensificação dos estudos.

O novo emprego e a condição de estudante no *Riachuelo* não representavam, apenas, um ruptura com a «cultura de *folk*» e com uma condição social que implicava em degradação social tácita. Eles me abriam novos horizontes humanos e novas vias

de socialização. Eu deixava de ser, como fora desde criança, um espectador deslumbrado do que se passava em redor de mim, nos outros níveis de *existência dentro da cidade*. Tratava-se, certamente, de um patamar muito modesto. Contudo, ele era como que um tesouro, uma *conquista*, que me dava, pela primeira vez, um autêntico ponto de partida. Eu tinha uma percepção confusa de tudo isso mas sentia, com clareza, que transpunha os muros de uma fortaleza, que poderia «começar a ter esperanças», em suma, que não estivera cultivando e afagando uma «ilusão irremediável». Antes, eu encarava a realidade através de um espectro simplista, que se mantém viva em minha mente até hoje. Para mim havia dois tipos de seres humanos e de mundos. Uns viviam dentro do poço e não conseguiam sair dele. Quando tentavam, ou os que andavam na superfície pisavam em suas mãos, e eles caíam, ou os que estavam lá dentro puxavam-nos para baixo. Não havia um sentimento de ódio contra isso: o fato era aceito como «natural», o preço que muitos tinham de pagar por sua *sina*. De outro lado, contudo, custou-me entender o sentido profundo do comportamento dos que estavam dentro do poço. Somente mais tarde, estudando o negro, é que iria descobrir que não se tratava de uma demonstração rústica de falta de solidariedade. Era uma forma extrema de amor, de apego humano aos entes queridos. Os que *saíam*, se separavam, eram perdidos. Aos poucos, tornavam-se *outras pessoas*, mudavam-se do bairro e, por fim, deixavam de visitar os amigos e os parentes ou, mesmo, «rompiam relações» com eles. A alternativa consistia em impedir a evasão, o que criava uma forma inelutável de fraqueza — pois o círculo de ferro se fechava a partir de fora e a partir de dentro — pela qual se consolidava um modo brutal de autodefesa do «Nós coletivo». Essa situação, por sua vez, voltou à minha observação mais tarde, na pesquisa com Bastide: o tema do «emparedamento do negro». Esse tema foi agitado pelos movimentos de protesto. Muitos não acreditavam nele, especialmente os brancos. Todavia, antes de investigá-lo em relação aos outros eu conhecera a realidade que ele evoca bem de perto e muito a fundo. Uma sociedade de classes em formação não é tão aberta quanto muitos pensam e, tampouco, é aberta em todas as direções. O chão da superfície exigia uma viagem muito difícil e poucos chegavam até ele, naquela época. Era normal, portanto, que eu sentisse uma grande alegria de viver e uma esperança sem limites, como se o mundo me pertencesse e, a partir daí, tudo

dependesse de mim. O orgulho selvagem, de agressão autodefensiva, transformava-se numa força psicológica estuante, que me punha em interação com o *mundo dos homens* — a *«sociedade»* — e não fora dele.

Na Novoterápica passara a conhecer a mesquinharia do «trabalhador de gravata», inteiramente nova para mim. Um universo de tricas e futricas — que depois ficou uma constante, pois esse é o eixo da vida pequeno-burguesa — pelo qual a frustração se dissolve ao nível das tensões pessoais e dos entrechoques individuais. No entanto, havia o lado positivo dessa fronteira humana: um tipo de trabalho que me punha dentro da circulação, ou seja, no circuito da sociedade de classes. A carreira foi rápida. Em menos de três anos, sob o olhar vigilante mas sem proteções injustas do Maneco, eu percorri um caminho no qual muitos gastam a metade da vida. Primeiro, tornei-me estoquista; pouco depois, chefe da secção de materiais dentários. Em conseqüência, fiz um duplo círculo de relações. Entre os colegas, como o Antônio Scala Netto e, mais tarde, o Corinto Félix Palma. E na órbita das firmas envolvidas com as transações comerciais de materiais dentários. Através do Maneco, do Scala e do Corinto penetrei em outro mundo novo para mim, das famílias que não só eram organizadas — conhecera algumas, antes, principalmente entre os portugueses, os italianos, os sírio-libaneses, os espanhóis e brasileiros «decadentes» — mas que punham a sua estrutura institucional e o seu funcionamento a serviço dos seus membros: de sua educação, de sua felicidade, de sua segurança, de seus prazeres ou de seu êxito pessoal. Um novo nível de vida, com outros valores e outros centros de interesses, nos quais as fronteiras da humanidade se tornavam abstratas mas eram cálidas, efetivas, protetoras. Com o Maneco e o Scala alarguei o âmbito das leituras e da curiosidade intelectual. E com Mário Piana, cunhado de Scala, tive a primeira oportunidade de discutir a sério o socialismo e a sociedade brasileira. Recém-chegado da Itália, ele via com olhos muito críticos certos «costumes brasileiros» — inclusive a condição inferior da mulher, o fato de até homens feitos passarem a mão pela bunda de meninos ou a apatia dos operários — e me forçava a saltar de uma leitura confusa de certos livros elementares de propaganda socialista para o significado do movimento socialista como força social e política. De outro lado, esse novo nível de vida punha-me em contacto com as pessoas da minha idade ou um pouco mais

velhas, com a música, a dança e o convívio com moças bonitas e educadas, que quebravam a minha timidez e a minha tendência à fuga pela imaginação. Nessa esfera, pois, com um atraso muito grande, descobria que a cidade não só tinha encantos proibidos. Podia lançar-me na corrente e *viver como gente*, segundo o estilo urbano de vida que era acessível àqueles círculos da pequena burguesia paulistana.

No *Riachuelo* e através do *Riachuelo*, porém, ocorreu a transformação principal. A mesquinharia do «trabalhador de gravata» também não estava ausente desse mundo. Mas conheci muitos professores bons e que me serviram de modelo mais tarde, especialmente Benedito de Oliveira. Aí, contudo, é preciso separar dois planos. Há uma socialização pela convivência. Essa foi profunda e ampla, muito rica para mim. Dentro de pouco tempo nós formávamos uma pequena comunidade e a vida familiar dos mais íntimos era inteiramente aberta, o que me permitiu ter uma constante participação da família de Biaggio Mezzarana, de Jussieu da Cunha Batista e de Luciano Roberto, para mencionar apenas os mais íntimos. Isso não só alargava a minha percepção do que era uma família organizada e apta para preencher suas funções essenciais. Permitia mesclar estudo intensivo com prazer e a participação da época, pela comunicação e pela discussão. Ao mesmo tempo, punha-me diante de uma nova forma de companheirismo, no qual a amizade era um fim em si e para si; o dar e tomar não eram parte de uma luta, de um confronto com os outros. Há uma socialização pela educação formal. Essa tinha percalços, que foram superados pela nossa fraternidade de estudos e por acasos felizes. Ênio Chiesa, nosso professor de latim, por exemplo, também era candidato aos exames de madureza. Em conseqüência, tínhamos um professor que era um *companheiro*. Ao fim do primeiro ano, uma novidade amarga, que se abateu sobre os estudantes de madureza, acabou não sendo tão destrutiva. Fomos submetidos a um novo regulamento, que nos obrigava a prestar exames oficiais diretamente nos ginásios do Estado. Para nós, não havia como conciliar tais exames com a permanência na cidade. Todos trabalhávamos e as firmas não nos dariam um afastamento, se permanecêssemos aqui. O Ênio sugeriu: vamos fazer os exames em uma cidade do interior. Ele mesmo escolheu o lugar e o ginásio. Fomos a São João da Boa Vista e, lá, contamos com ele como um preparador apto a supervisionar ou, mesmo, a ajudar-nos na preparação dos pontos do programa ofi-

cial. Por infelicidade nossa, escolas de madureza pouco íntegras também fizeram escolhas análogas e houve quem quisesse corromper os professores, comprando a aprovação de estudantes em massa. Nós não tínhamos nada com aquilo. Todavia, os professores não podiam separar o joio do trigo e a reprovação foi tremenda. A nossa turma só perdeu três elementos, que em exames normais teriam sido aprovados com notas altas. Graças à presença do Ênio não só a qualidade de nossa reação e de nossa preparação foi melhor. Tivemos um ponto de apoio intelectual para tomarmos decisões mais maduras e mais corretas. Eu próprio, afinal das contas, poderia ter desistido, não fosse o grau de coesão que o nosso grupo adquiriu, graças à nossa fraternidade de estudos, e à orientação direta do Ênio no «campo da batalha». Ocorreu que, no exame oral de química, tive um entrevero com um dos examinadores. Ele não era o examinador principal e as coisas terminaram de modo muito feliz para mim. Dias depois, porém, ele era o examinador principal de história natural. Eu quis desistir, pois me considerava reprovado por antecipação. A solidariedade da minha turma e a confiança que depositávamos no Ênio serviram para que eu vencesse minha reação negativa. De fato, o professor Hércules Machado Florence, que depois ficou muito meu amigo, como os demais, «apertou-me» para valer. Em troca, eu tive a oportunidade de fazer uma espécie de preleção que atraiu a maioria das pessoas que estavam no colégio para a sala de aula. Fui interrompido pelo Dr. Ary Clorino Fialho, inspetor federal, que afirmou: «Vamos acabar com isto, se não ele fala o dia inteiro». Sem querer, descobri algo dentro de mim de que jamais suspeitara. No *Riachuelo* não só aprendera as matérias dos cursos de madureza e alargara o meu horizonte cultural. Converti-me, gradualmente, em um intelectual. Comecei a pensar seriamente em fazer um curso superior e decidira que seria professor.

Os percalços posteriores de minha carreira têm pouco que ver com esta exposição. Depois de ingressar na Universidade de São Paulo não poderia continuar na Novoterápica, na qual precisaria trabalhar o dia todo. Por isso e outros motivos, já antes de terminar o curso de madureza me transferira para outras firmas, primeiro como empregado, mais tarde como vendedor à comissão, nas quais operava, na cidade ou em municípios vizinhos, com artigos dentários. Depois, como eram grandes os encargos financeiros, comecei a trabalhar como propagandista em um laboratório,

sediado no Rio de Janeiro, que produzia o Iodobisman e o Tropholipan, dois produtos de boa aceitação. Contava com uma remuneração razoável, dispunha de mais tempo para freqüentar as aulas e estudar do que a firma empregadora poderia desconfiar e travei contacto com o setor médico. Assim, das profissões liberais fiquei conhecendo vários problemas com que se defrontavam os dentistas e os médicos e adquiri uma visão bem realista do que ia pelo setor pobre e dependente da população, em matéria de assistência dentária, médica e hospitalar. O que importa, nesta passagem, é esclarecer que tinha um meio de manutenção e que poderia candidatar-me ao ensino superior desde que escolhesse cursos de meio período. Por volta do início da década de quarenta não existiam cursos noturnos na U.S.P.; o meu campo de escolha ficava, pois, restrito à Faculdade de Direito e a alguns cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Pretendia fazer, não me lembro por que — se é que cheguei a saber — o curso de engenharia química, na Politécnica. Contudo, teria de ser aluno de tempo integral, o que me era impossível, pois tinha de manter a casa. A escolha das Ciências Sociais e Políticas correu por conta das oportunidades que coincidiam com os meus interesses intelectuais mais profundos. No caso, a «escolha de uma profissão» quase não contou. Queria ser professor e poderia atingir esse objetivo através de vários cursos. O meu vago socialismo levou-me a pensar que poderia conciliar as duas coisas, a necessidade de ter uma profissão e o anseio reformista de «modificar a sociedade», cuja natureza eu não conhecia bem, mas me impulsionava na escolha das alternativas. Decidi-me pela secção de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta herdava um «bicho da cidade», em processo de desabrochamento intelectual e da descoberta de si mesmo. Seguindo a ótica atual, alguém poderia escrever: *o lumpen-proletariado chega à Universidade de São Paulo*. Todavia, não era o *lumpen-proletariado* que chegava lá; era eu, o filho de uma ex-lavadeira, que não diria para a cidade de São Paulo «agora nós», como um célebre personagem de Balzac. Eu levava comigo intenções puras, o ardor de aprender e, quem sabe, de tornar-me um professor de escola secundária.

A minha bagagem intelectual era produto do estranho cruzamento de um autodidatismo forçado com a curta aprendizagem compacta, realizada através do *Riachuelo*. Graças a uma regalia instituída pelo artigo 100 dos cursos de madureza, eu podia tanto

candidatar-me aos exames de seleção para o pré, subordinado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, quanto tentar os exames de habilitação para a secção de ciências sociais e políticas. Na primeira hipótese, teria feito 5 anos em 3; na segunda, 7 anos em 3. Embora inseguro, a conselho dos amigos empreendi as duas coisas simultaneamente; e obtive aprovação em ambos os casos.[1] Isso significava:

1º) Que eu anulara a desvantagem do atraso com que iniciara os meus estudos secundários, mesmo sem completar o primário.

2º) Que, pelos critérios vigentes, minha capacidade potencial era, pelo menos, comparável à dos colegas que haviam seguido o percurso normal. Na verdade, tanto eu quanto eles estávamos bem longe das exigências ou dos requisitos do ensino que iríamos enfrentar.

As falhas de formação e de informação eram imensas, por assim dizer «enciclopédicas», e claramente insanáveis. Os mestres estrangeiros, que davam suas aulas na própria língua, não tomavam tais deficiências em consideração e procediam como se nós dispuséssemos de uma base intelectual equivalente à que se poderia obter através do ensino médio francês, alemão ou italiano. Os cursos eram «monográficos» — só o professor Hugon, que me lembre, ficava no «*petit a, petit b*», do ensino básico, e era, por isso, ridicularizado em público pelo professor Maugué. Os professores assistentes acompanhavam a toada, movendo uma guerra sem quartel aos manuais e ao «ensino geral». Pela organização dos cursos, essa seria a função do pré, onde nós deveríamos adquirir o conhecimento básico. Os candidatos às ciências sociais, por exemplo, faziam um exame escrito e um exame oral de sociologia (na argüição oral, diante dos dois Bastides e de outro professor do qual não me lembro, coube-me discutir um trecho de *De la Division du Travail Social*). Mas todos sabíamos que o pré não cumpria tal função e que o carro caminhava adiante

1. Quanto aos exames de seleção para o pré, muito concorridos (talvez a proporção fosse de dez candidatos para uma vaga), consegui aprovação em segundo lugar. Com referência aos exames de habilitação para ciências sociais, havia trinta vagas e somente vinte e nove candidatos. Na seleção, porém, só seis foram qualificados (eu era o quinto). Em seguida, mais dois entraram através dos exames de segunda época. Como dois desistiram, o nosso grupo era de seis, acrescido, mais tarde, de uma aluna que se transferira do Rio de Janeiro.

dos bois, esmagando os estudantes. O que nos impunha uma paradoxal saída: o recurso a um autodidatismo intensivo, às vezes supervisionado e orientado pelas cadeiras! O *salto no escuro* era a regra; o jogo, no entanto, era limpo, embora o desafio fosse tremendo. Só para dar um exemplo: o meu trabalho de aproveitamento com o professor Roger Bastide, no primeiro semestre de 1941, versava sobre «a crise da explicação causal na sociologia». Reuni como me foi possível a bibliografia acessível na Biblioteca Municipal e na Biblioteca Central da Faculdade. Tirei nota quatro e meio, com um comentário piedoso do professor: o que ele esperava era uma dissertação, não uma reportagem. Essa experiência ensinou-me que ou devia desistir, ou submeter-me a uma disciplina monástica de trabalho. Optei pela segunda solução e, aos poucos, ganhei maior elasticidade intelectual. A partir do fim do segundo ano e no terceiro ano tinha condições para competir com qualquer colega, de tirar proveito dessa *sui generis* montagem pedagógica e de responder às exigências da situação como um «aluno aplicado» ou «talentoso». Em suma, malgrado as minhas origens, logrei vencer as barreiras intelectuais e *ter êxito* como e enquanto estudante.

A partir desta etapa, declina a importância da «socialização pelo trabalho», ligada às atividades práticas que exercia para ganhar a vida (as quais foram mantidas até 1947, mais de dois anos após minha contratação como assistente da cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia). Não é que o contacto com os dentistas, os médicos, as enfermeiras e alguns colegas que se tornaram amigos mais ou menos íntimos fossem irrelevantes, do ponto de vista do enriquecimento de minha pessoa ou da descoberta de *novos mundos*, que antes se ocultavam à minha percepção. Ao contrário, eles tiveram enorme significação e, inclusive, me ajudaram a libertar-me de velhos complexos inevitáveis e a adquirir maior independência na concepção de meus papéis sociais, de minhas possibilidades humanas e, principalmente, de uma ingenuidade tosca, incompatível com «a cidade como estilo de vida». A questão é que aquelas atividades práticas ficaram excêntricas ao que passou a ser, de modo absorvente, o meu alvo central. Elas eram um mero instrumento: de manutenção, em termos imediatos; para atingir outro fim, a largo prazo. Aquele «não era o *meu* mundo». Eu me descobrira e, ao mesmo tempo, sentia crescer dentro de mim uma vocação adormecida, que me dava forças e argúcia para aceitar o desafio de tornar-me

um professor e um intelectual. De princípio, as coisas não possuíam muita clareza para mim. Mas já no segundo ano do curso eu sabia muito bem o que pretendia ser e me concentrara na *aprendizagem do ofício* — portanto, não me comparava ao bebê, que começa a engatinhar e a falar, porém ao aprendiz, que transforma o mestre-artesão em um modelo provisório. A cultura dos meus mestres estrangeiros me intimidava. Eu pensava que jamais conseguiria igualá-los. O padrão era demasiado alto para as nossas potencialidades provincianas — para o que o ambiente poderia suportar — e especialmente para mim, com a minha precária bagagem intelectual e as dificuldades materiais com que me defrontava, as quais roubavam grande parte do meu tempo e das minhas energias do que gostaria de fazer. Contudo, como me propunha a ser um professor de nível médio, as frustrações e os obstáculos não interferiam no meu rendimento possível. O desafio era trabalhado psicologicamente e, na verdade, reduzido à sua expressão mais simples: as exigências diretas das aulas, das provas e dos trabalhos de aproveitamento. Com isso, empobrecia o meu horizonte intelectual e humano. No entanto, não poderia sobrepujar-me e resolver os meus problemas concretos sem essa redução simplificadora, que se corrigiu por si própria, na medida em que progredi como estudante e adquiri uma nova estatura psicológica. Em suma, o *Vicente* que eu fora estava finalmente morrendo e nascia em seu lugar, de forma assustadora para mim, o *Florestan* que eu iria ser.

Essa adaptação modesta foi muito útil para mim. Na fase inicial, em que me reciclava para ser um estudante universitário, porque me impelia a começar pelos alicerces, pelo ABC das ciências sociais. Não caí na armadilha dos que condenavam os «manuais». Tive o bom senso de buscar neles uma base geral — que não nos era dada através dos cursos ecléticos e monográficos, preferidos pela maioria dos mestres — e de deixar em aberto o ponto de chegada, o qual não sabia qual poderia ser. Ao mesmo tempo, estabelecia uma trégua entre o meu medo de falhar e a intimidação que resultava do alto nível acadêmico dos professores estrangeiros, que criava uma desanimadora barreira psicológica dentro do próprio eixo em que gravitava a nossa aprendizagem. Na fase em que passei a voar com maior autonomia intelectual, porque não me tornei vítima da passagem, mais ou menos rápida para todos, do deslumbramento à decepção. Os professores estrangeiros, em sua maioria — não em sua to-

talidade — eram realmente «grandes» para nós. Vistos na escala de valores de seus próprios países — e nós tínhamos de chegar a ela e absorvê-la — se eles não eram «medíocres», contavam entre as figuras de segunda ou terceira grandeza. Mesmo as apostilas de um homem tão famoso, atualmente, como Lévi-Strauss nada tinham de impressionante. Livros elementares, como a pequena introdução de Cuvillier ou o breve tratado de Ginsberg, iam muito mais longe. O fato é que não se poderia ler os «clássicos», antigos ou recentes — de Montesquieu e Rousseau a Comte, de Marx a Durkheim, Tönnies e Weber, ou de Mannhein, Mauss, Simiand, Cassirer, Dilthey, Giddings a Cooley, Ogburn, Park, Znaniecki, Laski, Sorokin e tantos outros — sem sofrer essa evolução paradoxal, que nos expunha a cruéis reflexões melancólicas. Além do mais, boa parte do *brilho* e da *significação* daquele ensino desembocava em um vazio pedagógico. A carência de dinamismos intelectuais universitários nos entregava àquela relação em termos de *absolutos:* se não nos dão o «melhor» e se não vamos, por conseqüência, *ser os melhores,* de que nos adianta o refinamento de uma cultura européia diletante e decadente ou de uma cultura norte-americana postiça, tão emprestada quanto a nossa? Alguns colegas, como Benedito Ferri de Barros e Laerte Ramos de Carvalho, não deixavam de remoer esses percalços, atacando, às vezes aberta e francamente, o puritanismo intelectual que me levava a um aparente ajustamento zarolho. A minha adaptação protetora conduzia-me em outra direção. Eu estava na época da semeadura: qualquer que fosse a *grandeza relativa* dos meus mestres, eu tinha o que aprender com eles e o que eles ensinavam ou transcendia aos meus limites ou me ajudava a construir o *meu* ponto de partida. Cabia-me aproveitar a oportunidade. A leitura de Mannheim, em particular, que iniciara com intensidade já nos começos de 1942, convencera-me de que a consciência crítica, para ser criadora, não precisa ser dissolvente.

Na esfera humana, a *experiência universitária* iria produzir aos poucos seus efeitos psicossociais e intelectuais. Seria preciso, aí, distinguir dois planos. O das relações com os colegas; e o das relações com os professores. Quanto ao primeiro plano, a chamada lógica dos pequenos números não simplificou a minha trajetória, ela a complicou, tornando mais difícil a minha aceitação pelos colegas. Eu era como que um estranho e, a vários respeitos, um *intruso*. O núcleo daquele pequeno grupo não só procedia de famílias tradicionais de classe média ou alta. Ele

era composto por estudantes que vinham do pré e que tinham, portanto, laços intensos de camaradagem e de solidariedade intelectual. Se não se revelaram hostis, também não abriram as comportas do *seu* «círculo». Eu ficava de fora e sentia que não me cabia alterar as regras tácitas do jogo, o que tornaria o meu forte cheiro de ralé insuportável. Deixei que o tempo corresse, sem abrandar o meu caráter agreste, nascido da insegurança e da inexperiência. Também nunca me fizeram algo de que me devesse queixar, em termos de boas maneiras ou dos mínimos que regulam a convivência formal dos estudantes de uma mesma classe. O que quebrou o gelo foi a situação de convivência comum, prolongada e destituída de áreas pessoais de conflito. A minha visibilidade negativa era compensada pelo fato de que, em muitas aulas, convivíamos com numerosos estudantes de outros cursos. Portanto, eu ficava diluído em uma massa de estranhos, na qual havia outros intrusos. Além disso, nem tudo eram rosas. O ensino que recebíamos tinha certas deficiências e muitas delas provinham da má qualidade intelectual ou do desinteresse de alguns assistentes. Reagimos contra isso, através de uma «conspiração». Aqueles assistentes ficaram sob o fogo cruzado de debates infindáveis; alguém entre nós se encarregava, organizadamente, do monitoramento crítico em determinada disciplina. Cumpri o meu papel à risca. O episódio serviu, pelo menos, para mostrar que, se eu era *gauche*, também era um companheiro em quem podiam confiar e com o qual poderiam contar. A partir do fim do segundo ano, em conseqüência, adquiri maior liberdade para comportar-me, diante de meus colegas, como «um igual entre iguais». Os que eram mais frios ou mais duros na resistência contra mim, por sua vez, haviam me posto à prova. Como eles capitanearam a «conspiração», foram eles os que perceberam mais depressa e melhor que eu estava ansioso por criar um clima de entendimento e confraternização entre nós. Abriu-se, assim, naturalmente, sem concessões mútuas, o caminho para que a lógica dos pequenos grupos trabalhasse a meu favor nas relações com os meus colegas. E entre eles, com o tempo, fiz pelo menos dois amigos íntimos, como Lourdes Chagas e Laerte Ramos de Carvalho. Além disso, a minha socialização alargou-se em outra direção, a da consciência crítica da situação didática vivida. Ainda demoraria para chegar à crítica da instituição, mas descobrira, de modo precoce, que o aprendiz *pode* e *deve* atacar as condições da aprendizagem. O episódio fora superficial e fortuito. A rápida retração dos

assistentes visados tirara dele qualquer saliência ou importância. Contudo, eu ficara comprometido com uma atitude e com uma orientação de comportamento, que iriam consolidar-se e aprofundar-se mais tarde, pelas quais teria de pôr o dever perante a escola acima de considerações pessoais ou, mesmo, de conveniências imediatas. O primeiro ato de rebeldia foi, ao mesmo tempo, o primeiro ato de amor para com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, à qual enlaçava, sem o saber, o meu próprio destino.

Quanto ao segundo plano, o das relações com os professores, a lógica dos pequenos números me beneficiou mais depressa e mais fartamente do que eu poderia imaginar. De certo, o acaso favoreceu-me bastante — e por muito tempo! Mas não se deve negligenciar a habilidade que adquiri, desde a mais tenra idade como *menino de rua* e nos vários empregos que tive de enfrentar. Se fizera bem alguma coisa antes, fora aprender a conhecer as pessoas e a lidar com elas. A questão era ter acesso aos professores fora dos contactos formais das salas de aula. Eu não sabia como conseguir isso e, o pior, não era capaz de falar francês ou italiano. Como também não possuía um «nome de família», eu desaparecia no pequeno número, como se estivesse perdido em uma massa enorme de estudantes. No entanto, como tinha decidido concentrar o melhor dos meus esforços nos trabalhos de aproveitamento, foi por aí, inesperadamente, que se abriram as portas para entrevistas pessoais e das casas daqueles professores. Durante 1941, dediquei-me com o maior afinco a dois desses trabalhos. Um, que fora passado pelo professor Paul Hugon, sobre «A Evolução do Comércio Exterior no Brasil da Independência a 1940»; e outro, que fora pedido pelo professor Roger Bastide, sobre «O Folclore em São Paulo». Com o professor Hugon tudo evoluiu naturalmente e com muita rapidez. Ele próprio me chamou e me disse que considerava que eu tinha, ali, o ponto de partida para uma tese de doutoramento. Pôs-se à minha disposição para orientar-me e, ao saber de minhas dificuldades, também me informou que me arranjaria um emprego mais condizente com minhas aspirações e possibilidades. De fato, ao retornar da França, depois das férias, me chamou de novo. Havia conseguido que eu fosse aceito por Roberto Simonsen, em um grupo de jovens que trabalhava diretamente para ele. Isso me deixou perplexo e me forçou a uma primeira decisão. Parecia-me que, se aceitasse aquele emprego, iria converter-me no que eu pensava ser, na minha ingenuidade, um «camelo intelectual», alguém

que não usa a própria inteligência para si, porém a vende para os outros. Recusei polidamente e ficamos muito amigos, sem que o professor Hugon desistisse do plano de doutoramento, que tinha engendrado. Com o professor Bastide os contactos foram mais lentos e, na verdade, provocados por mim. Para um recém-egresso dos quadros mentais da cultura de *folk*, aquela pesquisa era fascinante. Eu lancei-me a ela com o alvoroço de um «primeiro amor». A bagagem intelectual era deficiente, pois a professora Lavínia da Costa Vilela se limitara a nos introduzir em alguns conceitos básicos de Sébillot e de Saintyves. Não obstante, graças às aulas do próprio Bastide, eu já estava lendo Durkheim e Mauss e me sentia capaz de projetar o folclore no «meio social interno». Dadas as minhas origens de autodidata, foi-me muito fácil trabalhar uma ampla bibliografia, existente na Biblioteca Municipal, na Biblioteca Central da Faculdade (no que o sr. Raspantini me ajudou muito) e na Biblioteca da Faculdade de Direito. Em função de minha experiência de vida tão recente, sabia onde coligir os dados e como. Por conseguinte, fiz um levantamento e uma análise que estavam acima do que se poderia esperar de um trabalho de aproveitamento e, em particular, de um estudante do primeiro ano. Todavia, depois de um duro esforço, pretendia pelo menos uma compensação psicológica. Ela não veio. A professora Lavínia me deu nove e, como eu insistisse em um debate crítico, adiantou a opinião, com a qual não concordei, de que eu fora longe demais no tratamento sociológico do folclore. Esperei a volta do professor Bastide e exigi dele uma definição: não me importava a nota, queria uma crítica séria do trabalho. Ele ficou surpreso. «Como, existe uma monografia sobre o folclore de São Paulo? Ela me interessa muito». Entreguei-lhe o trabalho dias depois. Não se passou muito tempo e ele me convidou a ir à sua casa. Disse-me que estava disposto a corrigir a nota, que ele julgava injusta (o que recusei) e fez comentários preciosos sobre a interpretação sociológica dos dados, demonstrando que eu tomara uma pista correta e que ela podia ser explorada de modo ainda mais amplo. Ao saber das minhas dificuldades, também se ofereceu para conseguir-me um emprego de tipo intelectual. Levou-me a Sérgio Milliet e este teve o bom senso de dicidir: se o Florestan começa a trabalhar aqui, na Biblioteca Municipal, ele enterra qualquer carreira que o seu talento lhe possa abrir. Como alternativa, colocou-se à minha disposição para publicar os artigos que quisesse escrever em *O*

Estado de São Paulo. O professor Bastide, porém, não parou aí. Levou o trabalho ao professor Emílio Willems e pediu sua publicação na revista *Sociologia*. Dias depois, o Dr. Willems me chamou. Ele não tinha como publicar um trabalho tão grande na revista. Mas deu-me instruções para redigir trabalhos menores, que ele publicaria, e fez uma crítica severa da coleta de dados. Pela primeira vez vi qual era a diferença entre o «amador» e o «profissional», o «aprendiz» e o «mestre»; e creio que aproveitei bem a lição, que iria servir de ponto de referência no meu modo de entender e praticar a pesquisa empírica sistemática como sociólogo. No mesmo ano, 1942, saiu o meu primeiro artigo na revista *Sociologia*. Quanto à colaboração para o *Estado* (e quase simultaneamente para a *Folha da Manhã*), só iniciaria no ano seguinte, depois de vencer o temor de enfrentar o «grande público». Bastide tornou-se, daí em diante, o meu principal professor e um dos meus melhores amigos. Hugon e Willems, por sua vez, dispensavam-me a atenção que, naquela época, só se dava aos estudantes de talento reconhecido, que desfrutavam uma posição intelectual ambivalente, a meio caminho entre o amigo, o protegido e o futuro colega. Como José, na corte do Faraó, eu tivera o engenho de «aformosear o meu destino», agarrando a sorte pelos cabelos.

Portanto, em parte como fruto de uma evolução natural, em parte como produto do meu esforço por ser «aceito pelo grupo», no decurso de dois anos percorri rapidamente uma rota larga e compensadora. Sentia-me à vontade, com os colegas, e era um «estudante promissor», para alguns professores — os que contavam, para mim. Passara pelas complicadas provas de iniciação, embora movimentando-me de modo canhestro. O importante, para mim, é que essa aceitação criava as perspectivas para realizar uma vocação intelectual insuspeitada. O caminho estava aberto para me tornar um professor e para chegar até onde o meu talento e a minha capacidade de trabalho pudessem levar-me. Em uma sociedade como a brasileira, naquela época, o difícil era chegar-se ao «topo», isto é, ao reconhecimento de que a pessoa merecia ou podia pertencer à «*elite intelectual*». Vencido esse rubicão, o resto dependia da tenacidade ou do valor do candidato. Eu penso que envolvi com ardor as duas coisas na realização da minha carreira, porque brotava, de dentro de mim, uma energia inesgotável, nascida da necessidade psicológica de suplantar-me — de negar-me como um antigo *lumpen-proletário* — e, ao mesmo

tempo, de suplantar os «outros», de vencê-los no seu próprio terreno e segundo as regras do jogo que nele prevaleciam. Uma imagem tosca e desmerecedora para mim? Não me parece. Senti-me destruído e renascido várias vezes, mas diversas reviravoltas mais ou menos amargas da minha vida. O meu sentimento deveria ser comparável ao do soldado que, além de sobreviver ao combate, sai dele como alguém que cumpriu exemplarmente a sua missão. Eu era muito «selvagem» para definir a situação segundo uma ótica sofisticada. A sofisticação iria ser absorvida aos poucos, pela via da educação letrada e da aquisição de novos padrões de vida, dos quais, antes, eu fora um mero espectador ou um servidor. E ela não modificou a minha *natureza selvagem*, agreste, de «filho de dona Maria». Ficou uma camada superficial, que se desmancha à toa, e põe na superfície o que eu tenho de melhor, até hoje. No entanto, várias circunstâncias concorreram para que a evolução natural terminasse onde terminou, de modo tão feliz, encaminhando-me ao ensino universitário (e não ao ensino secundário, que estava, anteriormente, em meu campo de visão). Essas circunstâncias podem ser enumeradas de modo sumário e são dignas de nota, para se conhecer o lado mais positivo da Faculdade de Filosofia e da cidade de São Paulo nas décadas de 40 e de 50.

Grosso modo, poderia reduzir as circuntâncias principais a três. Primeiro, as relações intelectuais e de amizade com Fernando de Azevedo e Antônio Cândido. Eu não fora — e nunca seria, mais tarde — aluno do Dr. Fernando. No entanto, ele me conhecera através dos comentários de Emílio Willems e dos artigos que publicava em *Sociologia*, *O Estado de São Paulo* e *A Folha da Manhã*. Já em fins de 1942, quando saiu o meu primeiro artigo, ele tomou a iniciativa de telefonar-me. Sabia das minhas dificuldades e se oferecia para ajudar-me, colocando à minha disposição seja a sua bolsa e a sua biblioteca, seja a sua orientação. Não aproveitei os favores mas fiquei comovido com o gesto, iniciando com ele uma longa e sólida amizade (ia, vez ou outra, visitá-lo pela manhã em seu escritório, na Companhia Editora Nacional). Por fim, ele me convidou para seu segundo assistente na Cadeira de Sociologia II, por onde comecei, praticamente, a minha carreira docente (não em 1944, como poderia, se saísse a nomeação, protelada pelo diretor da escola, que desejava que eu fosse para a cadeira de economia, mas em 1945). O Antônio Cândido nunca percebera a minha presença nas aulas do professor

Maugué ou em outras ocasiões (nós fomos contemporâneos, porém ele fazia o último ano do curso enquanto eu começava). Todavia, eu o conhecia muito bem e era um dos seus leitores mais assíduos. Ele cumpria, em relação a nós, a mesma função que Mário de Andrade tivera para a Semana da Arte Moderna. Por isso, eu próprio tomei a iniciativa de escrever-lhe. A nossa amizade se iniciou sem muito entusiasmo da parte dele. Contudo, ele já me conhecia o bastante, quando o Dr. Fernando formalizou o convite, para apoiar-me de modo seguro. Eu, desastradamente, fora tão convincente, argumentando contra as inconveniências de um jovem, que mal terminava o curso, ser convidado para um lugar de tamanha responsabilidade, que o Dr. Fernando hesitou. Não fora a intervenção providencial de Antônio Cândido e eu iria trabalhar, mesmo, na cadeira de economia. Devo-lhe, também, uma desprendida colaboração, que facilitou os ajustamentos iniciais e me permitiu corrigir, em tempo, certos desvios que me levavam a botar maior interesse nas tarefas de pesquisa que nas do ensino. Segundo, a Faculdade de Filosofia funcionava como uma espécie de *aldeia tribal*. Alguém que despontasse em uma área, logo ficava conhecido em todas: as «esperanças» eram endossadas coletivamente; e os «gênios» tinham a sua abertura muito antes de comprovarem a que vinham. O isolamento cultural da instituição e as maquinações repressivas que ela sofria cotidianamente ajudavam a forjar esse clima intelectual, que só iria dissipar-se e desaparecer nos fins da década de 50. Havia muitos entreveros internos, entretanto eles não impediam esse reconhecimento prematuro do valor intelectual. Como a Faculdade de Filosofia era uma «instituição em crescimento», os que fossem bafejados por essa onda de boa vontade começavam por onde deveriam terminar. Isso explica não só o convite do Dr. Fernando mas, também, dois outros convites que recebera, na mesma ocasião (do professor Paul Hugon, que chegou a ir à casa do Dr. Fernando para tentar convencê-lo de que eu poderia ser melhor aproveitado na economia política; e de Eduardo Alcântara de Oliveira, que por generosidade intelectual e amizade achava que eu poderia dar conta do recado como segundo assistente de estatística). Naquela época, pois, ajudadas pela baixa remuneração, a dinâmica da instituição e a idade engendravam naturalmente *chances* que hoje nem os melhores entre os melhores logram encontrar como «ponto de partida». Terceiro, havia uma certa densidade e uma certa intensidade na comunicação do «público»

com o «escritor», malgrado a existência e as interferências do Estado Novo ou do nosso provincianismo crônico. Talvez porque a sociedade brasileira, como um todo, fosse ainda pouco polida intelectualmente e por causa do ufanismo com que os círculos intelectuais mais inquietos viam a Faculdade de Filosofia, seguiam-se com certo orgulho os avanços e as ousadias dos *jovens* que ela formava. Tudo se passava como se, finalmente, nós pudéssemos repetir as «proezas da Europa». A *ciência* nos viria por nosso intermédio, os *monstrinhos sagrados*. Nós ficamos, portanto, «conhecidos» rapidamente; e isso foi deveras importante para mim, que não tinha nenhum *pedigree*. O «prestígio de letrado» conferiu-me as regalias que o direito não codificado associava à condição um tanto confusa de *escritor*. Nesse ponto, eu devo muito à fortuna que simplificou o aparecimento de meus artigos na revista *Sociologia* e, principalmente, em *O Estado de São Paulo* e *A Folha da Manhã* (na qual passei a colaborar por mediação de Jussieu da Cunha Batista e graças à boa vontade de Hermínio Sacchetta). O melhor é que esse tipo de «repercussão» se refletia no *mundo da universidade*, abrindo-nos dentro dele as portas fechadas a sete chaves pelos componentes das esferas mais conservadoras de nossas elites culturais.

Todo ensino transplantado é, forçosamente, precário. No processo de *aprender* e *transformar-se*, o colonizado ignora a natureza do drama. Todavia, quando ele procura, por uma razão ou por outra, explorar praticamente os conhecimentos, as técnicas e as instituições transplantados, se estabelecem os *choques com a realidade* e termina o «sono letárgico». Aí, a implantação passa a ser vista sem os óculos cor-de-rosa dos agentes externos da operação: os limites mostram se ela contém algum êxito ou se deve ser abandonada. O grosso do que aprendera, até 1944, vinha da Europa — de vários professores franceses, um italiano e um de origem alemã; os professores brasileiros entraram nesse quadro como pessoal de «saturação» ou de «reforço» (na maioria, como assistentes dos professores estrangeiros; os poucos professores eram vistos como alguém que não deveria estar ali, já que tomavam os lugares de outros que, se viessem de fora, seriam «universitários» e «mais competentes»). A conexão com a luzes imperiais instituía uma visão que cegava o espírito crítico, convertendo os colonizados em instrumentos de uma colonização cultural permanente. Aquela avaliação era exorbitante, em vários sentidos, e inclusive não levava em conta que os principais assis-

tentes e professores com que chegamos a trabalhar — em meu caso: Dorival Teixeira Vieira, Lucila Herrmann, Gioconda Mussolini, Eduardo Alcântara de Oliveira, João Cunha Andrade, João Cruz Costa e Lívio Teixeira — seguiam um padrão e um ritmo de ensino de moldura e de fundo europeus. Em outras palavras, a Faculdade de Filosofia constituía um transplante e, naquela época, os brasileiros envolvidos com o fortalecimento da instituição estavam menos preocupados com o organismo do paciente, que com o brilho da operação, ou seja, com a implantação em massa e em escala institucional de um novo estilo de pensamento e de um novo modo de ser intelectual. No percurso entre o primeiro e o terceiro anos do curso de Ciências Sociais e no ano seguinte, de Didática, empenhávamos quatro anos de nossas vidas em um exótico processo pedagógico de aprendizagem tão intensiva quão dispersiva. Para os professores estrangeiros, a experiência devia parecer-se com a tentativa de colocar bom vinho em um mau tonel. Nós vasávamos por todos os lados. Os melhores cursos, por serem monográficos e ecléticos, exigiam uma base intelectual que não possuíamos e uma maturidade intelectual média que não seria criada de uma hora para a outra. Se penetrávamos, de fato, na segunda metade do século XX, participando culturalmente dela e de seus dilemas, se sabíamos quais eram os «grandes nomes» nos vários campos das ciências sociais e conhecíamos pelo menos um pouco de sua contribuição positiva, não deixávamos de ser frutos de uma orgulhosa mas atropelada improvisação. A cidade de São Paulo era a mesma; o Brasil era o mesmo; e, o pior de tudo, a Faculdade de Filosofia convertia-se, irremediavelmente, na mais nova e complexa *escola superior* do país. Seria preciso estar em nossa pele para captar a crueldade de toda essa situação, na qual sentimentos nobres, ambições construtivas e intenções criadoras entravam em conflito com uma realidade cultural que nos produzira como «ela deveria ser», mas fechava o acesso às transformações necessárias — de mentalidade, de organização universitária, de relação entre meios e fins no plano intelectual. E nós não achávamos, dentro de nós, o saber requerido por essa situação e, especialmente, para enfrentá-la no sentido de produzir as alterações requeridas. Eu, pelo menos, sentia-me «incompleto», como se a falta de muitos conhecimentos básicos me mutilasse e me tornasse inexoravelmente deficiente. Nessa crise intelectual profunda, vivida com muita honestidade e coragem pelos que furaram até a superfície da cena histórica,

não nos propúnhamos a rejeição do transplante. Queríamos que ele vingasse. Porém nós próprios não sabíamos o que fazer com um *conhecimento que apenas nos ensinara a aprender*. Como irmos além, sem as «outras condições», que não existiam ou nos eram negadas?

Posto diante de um destino imprevisto, a obrigação de ensinar na própria escola, de fazer «carreira» dentro dela, me impunha essa crise em seu ponto máximo de saturação e de tensão. Entrei em pânico. No rigoroso balanço do que sabia, chegara à conclusão de que nada tinha a dar aos alunos e que eles seriam, pelo menos durante algum tempo, minhas vítimas. Achava que no terreno da pesquisa podia avançar muito mais e, também, mais rapidamente. Contudo, ainda aqui, não me considerava razoavelmente preparado, sentindo demais o peso da ignorância, do que «deveria saber» mas não sabia. O mais doloroso para mim: eu não aprendera nada que fosse sólido, seguro, definitivo, que me permitisse dizer «domino esta área» ou não tenho dúvidas quanto ao que é a sociologia, seu objeto, divisões, métodos de investigação e de explicação. Se tivesse de dar uma aula, seria, sem dúvida, capaz de desdobrar um painel brilhante, típico da nossa formação: os precursores ou a «história do problema»; as principais correntes ou «como o problema se deslindara em várias direções»; a situação atual ou «como tais problemas se colocam em nossos dias». Um disco, que explorávamos à perfeição, como tive a oportunidade de verificar pessoalmente ao presidir, por duas vezes, bancas de seleção de professores de sociologia para o ensino normal. Isso nos distinguia — e nos distanciava — dos «outros». Representava a nossa *marca*, o sinete do *made in France*. No entanto, não podíamos passar a vida como repetidores de uma fórmula. Os nossos próprios professores estrangeiros usavam essa técnica expositiva para atingir outros fins (não como um fim em si mesmo). O meio ambiente não nos favorecia, desencadeando pressões corretivas e supletivas. Ao contrário, ele nos confinava à instituição, fazendo-nos enfrentar o drama sozinhos e com nossas próprias forças. Contudo, corríamos o risco de substituir um «provincianismo cultural» auto-satisfeito por um «artificialismo intelectual» vazio. O que impediu que essa acomodação se desse não foi a pressão externa da sociedade e da história, às quais seria possível adaptar um novo tipo de inércia cultural, mas a compulsão dos papéis intelectuais institucionalizados, que nos obrigava a «dizer algo», seja para o estudante, nas salas de aula,

seja para os especialistas e o público, através da pesquisa. E esse *algo* tinha de ser dito segundo certos padrões, muito altos, que nos encadeava ao processo de ensino e de pesquisa como ele se desenrolava no exterior, nos centros de investigação dos quais importamos os nossos modelos.

Tive de habituar-me a esconder minha insegurança, disfarçando o estado de pânico, que demorou para dissipar-se. Procurei duas soluções protelatórias, que me ajudaram a transferir as decisões mais penosas para mais tarde. Uma, que reputo a mais importante, em termos de suas conseqüências, a de plantar-me nas bibliotecas pelo maior espaço de tempo possível, todos os dias. A idéia: estudar os clássicos mais a fundo e informar-me melhor sobre as correntes modernas na sociologia. Outra, que foi frutífera — mas que era uma repetição empobrecida da experiência anterior, através da Faculdade de Filosofia — a de fazer um curso de pós-graduação em ciências sociais e políticas na Escola Livre de Sociologia e Política. A idéia: sanar as lacunas por meio da aprendizagem dirigida e descobrir o que se poderia obter pela *formação norte-americana*, que se supunha prevalecer naquela escola. A primeira decisão foi fácil de levar adiante, apesar dos empecilhos que vinham da necessidade de ganhar a vida. Como dizia o Antônio Cândido, eu levava uma vantagem, que estava na envergadura de minha bunda. Podia ajustar-me como um paquiderme a horas e horas de leituras, de paciente trabalho de anotação e à fadiga resultante. A segunda decisão encontrou uma dificuldade imprevista. A minha notoriedade intelectual já me expunha como um candidato pouco desejável, para dizer o menos. Em 1944 não logrei ver-me matriculado, apesar da tentativa de buscar apoio no professor Donald Pierson. Só em 1945, graças a técnicas mais diretas de auto-afirmação, consegui penetrar naquele santuário, já conspurcado, anteriormente, por outros «antigos alunos» da Faculdade de Filosofia. Essas duas evoluções, pelas quais passei porque as escolhi, assinalam o segundo período de minha formação. O período no qual eu iria tentar uma luta aberta contra as minhas deficiências intelectuais, em que passei da aprendizagem em extensão para a aprendizagem em profundidade. Como era professor, em um nível, leitor incurável e aluno pós-graduado em outro, tinha de responder a complexas motivações intelectuais e me via como um sociólogo que buscava os caminhos de sua vocação.

A Escola Livre surgia como um segundo patamar em minha formação. Por isso, ela não poderia ter, na minha vida e também

sobre a minha personalidade, a mesma influência que a Faculdade de Filosofia, por assim dizer o «ventre materno». A esperança de uma complementação revelou-se, desde logo, muito limitada. Tanto o professor Bastide, quanto o professor Willems — e este com maior intensidade — davam a devida importância aos autores americanos e ingleses na sociologia e na antropologia. Não iria abrir veredas tão novas como esperava. De outro lado, era um mito que não se recorria ao «treino empírico» na Faculdade de Filosofia. Nela aprendera, precocemente, a fazer pesquisa e, o que me parece mais importante, a associar pesquisa e teoria de maneira rigorosa, de acordo com preceitos de autores como Mauss, Simiand, Mannheim, Malinowski, Znaniecki e tantos outros, que se incluíam em nosso consumo quotidiano. Por aí, portanto, a minha ânsia de aprender viu-se frustrada. O pior é que os cursos de pós-graduação não eram, efetivamente, mais do que cursos avançados de graduação, abertos a estudantes pós-graduados. A Escola Livre não possuía recursos materiais e humanos para fazer mais do que isso, o que me contrariou muito, de início, levando-me, mesmo, a recusar alguns cursos em que me havia matriculado (e pelos quais apenas repetiria a aprendizagem anterior). Quando percebi que alimentara esperanças erradas, imprimi novo curso às minhas relações com a Escola Livre, os seus professores e os seus estudantes (entre os quais formei muitos amigos). Passei a comportar-me como um professor, que eu era, que por assim dizer reciclava as suas baterias, convertendo aquela escola em uma das arenas em que lutava por minha auto-afirmação e auto-realização (havia outras, como a Faculdade de Filosofia, os movimentos políticos, as revistas e os jornais, etc.).

Esse tipo de ajustamento foi muito útil para mim. Ele me dava um ângulo externo para observar e criticar tanto o rendimento do professor, quanto o das instituições escolares em nosso meio. E tratava-se de uma observação crítica na qual sempre estava implicada a Faculdade de Filosofia, o desenvolvimento da sua secção de ciências sociais, o ensino de sociologia (e o que eu próprio fazia, deixava de fazer ou poderia fazer). Foi por esse mecanismo que formei, muito depressa, um tirocínio sobre a minha orientação como professor. Comparando as duas escolas e os seus professores, logo descobri que havia nelas erros simétricos. Na Faculdade de Filosofia negligenciava-se a formação básica, enquanto que na Escola Livre esta constituía uma etapa bem definida, subordinando-se, porém, a alvos demasiado es-

freitos e simplistas. Na Faculdade de Filosofia não se dava um curso de introdução às técnicas de investigação nas ciências sociais. Preferia-se pôr o estudante em contacto com certas distinções fundamentais e gerais — como o que é *técnica, processo* e *método* — e com os fundamentos epistemológicos da explicação científica nessa esfera (o que hoje se entende como metassociologia ou metantropologia). Na Escola Livre havia um curso bem sistematizado de introdução às técnicas de investigação, mas ele estava inteiramente dissociado tanto do treinamento empírico concreto, quanto dos modelos de construção da teoria. Corria-se o risco, pois, de incentivar o desenvolvimento da sociografia, por exemplo, e não o da sociologia (se se aceita uma conhecida reflexão crítica de Mannheim a respeito do assunto). Por fim, em ambas as escolas os cursos monográficos eram de escolha arbitrária dos professores. O que era ótimo para simplificar as tarefas docentes, mas péssimo em termos *daquilo que deve aprender* um estudante de ciências sociais. Aos poucos, fui amadurecendo minhas idéias e testando-as, tendo em vista tais conclusões. Como o Antônio Cândido chegara, por outras vias, a posições análogas, encetamos uma colaboração profunda, a largo prazo, pela qual introduzimos muitas modificações construtivas seja nos cursos e no funcionamento da cadeira de Sociologia II, seja na organização do Departamento de Sociologia e Antropologia.

A outros respeitos, a Escola Livre valeu-me como experiência pedagógica *nova* por três razões especiais. Primeiro, foi nela que conheci e convivi com um professor como Herbert Baldus, um homem generoso e de inteligência invulgar, sempre pronto para estimular os jovens de talento ou para apoiar inovações promissoras. Ficamos amigos íntimos para o resto da vida. Segundo, o seminário do Dr. Donald Pierson dava-me azo para estudar melhor a célebre «escola de Chicago», da qual ele se considerava um representante. Dadas as analogias entre Chicago e São Paulo e os nossos propósitos de expandir aqui a investigação sociológica, a tentativa de converter Chicago em um laboratório (ou um campo especial de trabalho concentrado dos sociólogos) atraía o melhor da minha imaginação. Terceiro, ao corpo docente da Escola Livre pertenciam professores brasileiros recém-chegados dos Estados Unidos. Inscrevi-me nos cursos de Mário Wagner Vieira da Cunha e Octávio da Costa Eduardo, pois estava curioso em verificar até onde haviam chegado, realizando a pós-graduação e o doutoramento em algumas das melhores universidades norte-

americanas. O problema, para mim, consistia em indagar se se poderia fazer a mesma coisa *a partir* da Universidade de São Paulo e, nesta hipótese, que estratégia (ou estratégias) se deveria montar. Uma avaliação que, quando chegou o momento, me ajudou a imprimir uma diretriz diversa da que prevalecia antes (e à qual fora submetido), na orientação dos candidatos a doutoramento. Além desses três pontos, a Escola Livre ficou presa à minha carreira acadêmica. Nela enfrentei e venci o primeiro «ritual» por que deveria passar, para a obtenção do grau de mestre em ciências sociais (em 1947, com *A Organização Social dos Tupinambá*). Esse não é um liame secundário, mesmo depois de rompidos os vínculos com a profissão.

O período mais fermentativo de minha formação não coincide, apenas, com a peregrinação pelas bibliotecas e as tentativas de alargar a educação escolarizada. Em seu decorrer, três outros tipos de atividades canalizaram a transformação do *aprendiz de sociólogo em sociólogo maduro*. As duas mais importantes se relacionavam, diretamente, com o que fazia na Faculdade de Filosofia, como professor e pesquisador. O ensino da sociologia e a pesquisa sociológica dobraram o meu rude individualismo, forçando-me a travar as últimas batalhas que assinalam o aparecimento de uma *segunda natureza humana* dentro de mim, a qual se confunde com o «professor» e o «sociólogo» em que me converti, inteiramente voltado para fora, para os «problemas dos outros», os «dilemas de nossa época» e o «controle racional da mudança social». No entanto, há um terceiro tipo de atividade, que foi intersticial e momentânea, mas teve tamanha importância na minha formação, que ela precisa ser, pelo menos, esclarecida (adiante, por outros motivos, terei de voltar ao assunto).

Trata-se da minha participação da luta subterrânea contra o Estado Novo e da minha vinculação, por certo tempo, ao movimento trotskista. Os estudantes nunca deram trégua à ditadura. Embora eu evitasse, escrupulosamente, qualquer vinculação com as organizações estudantis «legais», sentia o dever de participar da resistência estudantil e das manifestações possíveis, abertas ou clandestinas, da oposição ao regime. No meu entender, não bastava a «redemocratização do país». Parecia-me que seria necessário ir mais longe e desencadear um processo verdadeiramente revolucionário pelo qual o *Povo* assumisse o controle do poder. Combinava, sem o saber, elementos de um populismo radical com o pouco que eu conhecia do socialismo utópico e do socialismo

marxista. De qualquer modo, isso incitou-me a buscar uma identificação ultra-radical e a fazer parte, por uns quatro anos mais ou menos, do pequeno grupo trotskista de São Paulo. O núcleo desse pequeno grupo era formado por militantes de alta qualidade intelectual e política. Ele não dispunha de meios para manter algo como uma «escola de partido» nem de densidade para contar com os seus próprios quadros de preparação do «revolucionário profissional». Contudo, empenhava-se com certa eficácia na propaganda e na difusão do socialismo. Por isso, vi-me engajado não só em tarefas como redigir, mimeografar e distribuir panfletos ou um pequeno «jornal», este de luta contra a ditadura, quanto em um projeto teórico de escopo mais amplo, de publicação dos clássicos do socialismo. A mim me coube, nada mais nada menos, que traduzir a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (publicada em 1946, com uma introdução de minha autoria). Esse episódio, no conjunto, é marcante na minha evolução intelectual. Foi ele que me pôs face a face com o desafio, que vinha de minhas origens humanas, e que me mostrou, pela primeira vez, que o sociólogo, que brotava e crescia dentro de mim, devia responder a esse desafio e identificar-se com os ideais socialistas de reforma e de revolução sociais que ele implicava. Ele não só me ajudou a vencer o forte intelectualismo abstrato inerente à minha recente formação universitária, pondo-me na circulação política através de ações concretas de oposição à ordem existente. Também me ajudou a localizar-me dentro do «debate sociológico» em um sentido novo. As obras de Marx, de Engels e de outros autores socialistas (como Lukács) ou semi-socialistas (como Manheim ou Sombart) nunca foram ignoradas pelos meus professores da Faculdade de Filosofia. Elas entravam em conta, porém, segundo uma linha de discussão eclética, que se propunha revelar, tão-somente, o valor relativo das várias correntes, através das quais se construíram as ciências sociais. Alguns professores, como Bastide, usavam o pensamento crítico de modo construtivo e através deles se recebia um pouco do verdadeiro legado de Marx; outros, como Hugon, lembravam-se de Marx para refutá-lo e fazê-lo desaparecer das cogitações dos estudantes. Para mim, a oportunidade de traduzir e de estudar a fundo — embora tão prematuramente — uma obra como a *Contribuição à Crítica da Economia Política* surgia como um verdadeiro mergulho em mar alto. Nela me comprometi muito mais como sociólogo que como ativista político, reconheço. Mas é exatamente por isso que essa

realização é tão marcante na descoberta dos caminhos que me levariam à *perspectiva sociológica*, que defendo, e à *prática sociológica*, que me impus. Na ocasião, eu já havia estudado a sério autores como Comte, Spencer ou Durkheim, já lera muitos dos sociólogos modernos, e tinha, portanto, condições intelectuais para situar a contribuição de Marx no próprio fluxo da teoria sociológica em processo. A riqueza e a modernidade do seu pensamento assombraram-me e fascinaram-me. Ao mesmo tempo, as ponderações críticas do posfácio patenteavam que eu estava diante de um autor completamente vivo, que travava o seu diálogo diretamente conosco. Antes que o «jovem Marx» entrasse na moda, eu me vi trabalhando seriamente sobre os seus textos e tentando descobrir o que a sua orientação explicativa representava para a sociologia. Foi assim que cheguei à conclusão de que não se pode somar os contrários, conciliando Marx e Durkheim (como pretendia Cuvillier) ou Marx e Max Weber (como sustentava Freyer). Conclusão que teria importância capital para mim e que seria o alicerce sobre o qual iria construir o que há de original na minha versão do que são a sociologia, as suas divisões, os seus métodos e problemas.

Foi através do ensino e da pesquisa, porém, que completei a minha formação sociológica. Entre 1942 e 1945 fiz vários pequenos levantamentos (como o estudo sobre as manifestações do preconceito de cor em Sorocaba e do culto a João de Camargo; uma análise quantitativa da competição entre profissionais liberais em São Paulo, com base em identificações extraídas das listas telefônicas; uma sondagem, através de questionários, da população rural de Poá, na qual tive a colaboração de Oswaldo Elias Xidieh; certa participação da pesquisa do Dr. Willems, sobre Cunha, na qual me encarreguei de estudar determinados aspectos do folclore ou da vida sexual na comunidade e ajudei na coleta de dados antropométricos; uma exploração dos dados quinhentistas sobre os contactos dos Tupi com os brancos, em São Paulo, uma pesquisa que deveria fazer com o Dr. Donald Pierson mas que interrompemos de modo prematuro; um balanço crítico das contribuições que Gabriel Soares e Hans Staden poderiam dar para o estudo da vida social dos Tupinambá e seus contactos com os brancos); e em 1944 iniciara, graças ao empenho e à colaboração desinteressada de Jamil Safady, uma pesquisa sobre a aculturação de sírios e libaneses em São Paulo (na qual trabalhei quase quatro anos e que foi posta de lado por falta de recursos ma-

teriais e por outros motivos). Em suma, fui *treinado* de várias maneiras para ser um pesquisador. Essa experiência extensiva no entanto, não diz tudo. A pesquisa de 1941 (complementada parcialmente em 1944), sobre o folclore, e o levantamento sistemático dos dados conhecidos sobre os Tupinambá (iniciado em 1945 e completado em 1946) constituem um marco na minha preparação sociológica. Quanto ao folclore, retomei por várias vezes os materiais coligidos para submetê-los a uma análise em profundidade. O trabalho que teve maior importância para mim foi o que escrevi sobre as *trocinhas* do Bom Retiro. Pela primeira vez, via-me enfrentando as tarefas de «materializar» e de «reconstruir» as bases sócio-dinâmicas da vida em grupo. Não só tive oportunidade de passar do plano abstrato para o plano concreto no uso de conceitos, hipóteses e teorias; precisei formular, por minha conta, as perguntas que o sociólogo tem de responder quando examina, empiricamente, a estrutura e as funções do grupo social, nos vários níveis da vida humana. Por isso, esse pequeno trabalho representou, para mim, uma passagem da *iniciação didática* para a *a iniciação científica*, e eu lhe devo, em termos de aprendizagem, muito mais do que fiquei devendo aos cursos que freqüentara anteriormente. Formei, então, o meu próprio tirocínio sobre a análise de dados empíricos; e fiquei sabendo por que a reconstrução empírica não basta à explicação sociológica: os «fatos» não falam por si mesmos. É preciso interrogá-los e, para isso, é indispensável algum domínio do quadro teórico envolvido. O velho leitor de Simiand recolocou-se a exigência fundamental — «nem teorias sem fatos nem fatos sem teorias» — à luz de uma perspectiva nova, nascida de uma pesquisa precária, é certo, mas muito rica de conseqüência para o meu amadurecimento como sociólogo-pesquisador.

Não obstante, foi através do estudo sobre os Tupinambá que me senti forçado a ir muito mais longe. A pesquisa não só não era uma experiência improvisada, apesar de ser o meu primeiro contacto mais íntimo com a reconstrução histórica. Os Tupinambá me colocavam, como diria Mauss, diante da necessidade de explicar uma civilização, como o demonstra *A Organização Social dos Tupinambá*. Fui obrigado a mobilizar todos os conhecimentos que pudera acumular sobre técnicas empíricas e lógicas de pesquisa. E tive de alargar o meu conhecimento das sociedades primitivas, para poder entender, descrever e explicar as estruturas e os dinamismos da sociedade tribal Tupi. Eu me via questionando,

ao mesmo tempo: os cronistas e as suas contribuições empíricas para o estudo sistemático dos Tupinambá; a minha capacidade (e limitações) como investigador; as técnicas de formação de inferência e de construção de teoria que podia utilizar; as teorias sociológicas e antropológicas sobre a estrutura social e a organização social; os quadros sociais da «conquista», da escravização das populações indígenas, da expropriação da terra pelos portugueses e da dizimação dos nativos. Na verdade, se já era uma lagarta, quando principiei a investigação, ao terminá-la converteu-me em uma borboleta. Descobri que nenhum sociólogo é capaz de realizar o seu ofício antes de percorrer *todas as fases* de um projeto de investigação completo, no qual transite do levantamento dos dados à sua crítica e à sua análise e, em seguida, ao tratamento interpretativo propriamente dito. Os que repudiam o «estudo de comunidade» ou o «estudo de caso» com tanta obstinação ignoram esse lado pedagógico do treinamento científico pela pesquisa empírica sistemática. Um investigador isolado dificilmente pode ir mais longe do que eu tentara ir, embora ficasse com a frustração de descobrir que nunca se chega, na verdade, ao relato de todos os conhecimentos acumulados e verificados. Com essa pesquisa, não só obtive o grau de mestre em ciências sociais: alcancei a estatura de um artesão que domina e ama o seu mister, por que sabe como deve praticá-lo e para o que ele serve. Ela ajudou-me a modificar a minha concepção da sociologia e da natureza ou alcance da explicação sociológica. Podia encadear-me a uma tradição de pensamento científico de um modo mais crítico, que me levaria a recusar a reconstrução empírica como o alvo final e a ver na contribuição teórica o objetivo central da investigação sociológica. Por aí, penetrei na esfera dos problemas da indução na sociologia com uma bagagem mais sólida, que me permitia indagar como se passa dos «fatos» às «teorias», e me obrigava a exigir do sociólogo algo mais do que uma «descrição bem feita» da realidade.

Nem por isso a experiência ao nível do ensino teve uma importância menor para mim. Ao contrário, a sala de aula logo se tornaria, em termos de formação e de amadurecimento intelectuais, uma espécie de equivalente do laboratório. No começo, por insegurança e por falta de tempo (a cadeira de Sociologia II só foi incorporada ao regime de tempo integral em 1947) negligenciava um tanto a preparação das aulas. Como fazia várias coisas simultaneamente — e com dois empregos! — tendia a reduzir o peso relativo da carga de trabalho didático e explorava

mal as potencialidades pedagógicas da relação com o estudante como uma via real do auto-aperfeiçoamento. Aos poucos, porém, a paixão pelas tarefas didáticas cresceu dentro de mim e, especificamente, como parte da complexa situação de aprendizagem que elas engendram, pela qual o professor quase sempre aprende, graças e através da sala de aula, mais que o próprio estudante. Isso é paradoxal. Mas constitui uma verdade elementar. Como o pesquisador, o professor precisa reduzir o conhecimento acumulado previamente ao que é essencial e, mais que o pesquisador, deve defrontar-se com o dever de expor tal conhecimento de modo claro, conciso e elegante. Por pequeno que seja o potencial agregador do estudante no processo de aprendizagem, o ensino, em si mesmo, é instrutivo e criador para o professor, independentemente do «prazer de ensinar» ou do que se pode «aprender com o estudante». Ao atingir esse patamar, o ensino perdeu, para mim, o caráter de um «fardo» e a relação com os estudantes passou a ser altamente provocativa e estimulante para o meu progresso teórico como sociólogo. Na verdade, antes que se fizessem sentir as avaliações de meus pequenos escritos e livros, foram os estudantes que descobriram e reconheceram o «meu» valor, oferecendo-me uma base psicológica de auto-afirmação e de segurança relativa fundamental para a eliminação de velhas cicatrizes, ambivalências e hesitações. Os estudantes sempre foram generosos comigo e sempre responderam construtivamente ao que eu pretendia fazer, praticamente desde o início da minha carreira docente, ajudando-me a moldar-me segundo uma imagem do professor que transcendia às possibilidades da tradicional «escola superior brasileira».

A fase inicial foi dura para mim e para os estudantes. Como todo professor jovem, eu não estava preparado para ensinar em cursos de graduação. Esses cursos, ao nível introdutório, requerem professores de longo tirocínio, maduros no trato com a matéria e com o ensino. Ora, eu estava também reaprendendo. Em conseqüência, excetuando-se um curso semestral, de comentário crítico de *As Regras do Método Sociológico,* que dei em 1945, professei cursos inevitavelmente indigestos, nos quais os «meus pontos de chegada» se convertiam nos «pontos de partida» dos estudantes. Eu tendia a levar minha fermentação mental para a sala de aula e não poupava ninguém. Não pretendia impor-me acima do «aprendiz de sociólogo». Não obstante, as indagações que me absorviam eram descarregadas sobre os estudantes sem piedade,

com um impacto devastador. Se eles aprendiam muito a respeito das correntes sociológicas mais importantes, em compensação tinham de aceitar um tremendo e tempestuoso desgaste intelectual, do qual eu não me poupava e tampouco tinha a intenção de poupá-los. Muitos desistiam dos cursos ou achavam a sociologia «muito difícil». Os que ficavam, porém, rompiam comigo o terreno a desbravar e acabavam sentindo a verdadeira sedução que o pensamento sociológico é capaz de provocar nas mentes criadoras. Vários deles seriam, mais tarde, sociólogos competentes e meus colegas. Não sei o que pensam, hoje, do meu «fanatismo científico» e do meu «sociologismo inveterado» nem como avaliam a precariedade das rotas de aprendizagem que percorremos juntos, com tanto ardor intelectual. Mas acredito que esse período não seria tão fecundo, para mim, se não tivesse congestionado as aulas e feito os alunos arrostarem, em minha companhia, os altos e baixos dos debates sociológicos em que os envolvi.

Aos poucos, esse tipo de ensino conturbado e perturbador foi desaparecendo: ao digerir as minhas leituras e ao compreender melhor as minhas próprias funções docentes tornei-me um professor mais experiente e competente. Então, já podia encarar o estudante e o ensino da sociologia de outra maneira, superando o comensalismo predatório da fase inicial. O meu campo de escolhas se ampliava e eu encetava uma nova experiência, pela qual iria associar a exploração de vários campos da sociologia às minhas tarefas didáticas. Graças ao crescimento e ao aperfeiçoamento do próprio Departamento de Sociologia e Antropologia, tornava-se possível estender, ainda que rudimentarmente, as fronteiras do trabalho produtivo e inventivo da área das leituras e da pesquisa para a esfera do ensino. Como os cursos de introdução se tornaram «formativos», lecioná-los significava adquirir um domínio maior sobre os conhecimentos básicos da sociologia. Ao mesmo tempo, os cursos monográficos — determinados acima das preferências individuais dos professores — surgiam como uma vantajosa alternativa de auto-realização profissional. O professor era praticamente forçado a conquistar novos espaços, além e acima de uma especialização unilateral e estreita. Foi por aí que avancei, rapidamente, em novas direções e, em particular, que logrei certa competência intelectual em várias disciplinas (das quais, as mais importantes, para mim, foram a sociologia aplicada e a sociologia do conhecimento). As preocupações sobre o objeto, campo e problemas da sociologia tomavam maior força e nitidez, ao mesmo

tempo que me via forçado a trabalhar, mais a fundo, sobre as técnicas empíricas e lógicas da investigação sociológica. Três livros ilustram a fecundidade de tais avanços, obtidos principalmente através das salas de aula: *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada* e *Elementos de Sociologia Teórica*. Os estudantes deixavam de ser minhas vítimas e o próprio ensino se transformava em um eixo de gravitação da minha capacidade de lidar com o pensamento sociológico.

Tudo isso indica que, no início da década de 50, o período de formação chegava ao fim e, simultaneamente, revelava os seus frutos maduros. Eu já estava terminando a redação de *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* e dispunha de condições não só para colaborar com Bastide em uma pesquisa tão complexa como a que fizemos sobre o negro em São Paulo, mas para ser encarregado do planejamento da mesma e da redação do projeto de investigação. Estávamos em uma nova era, para mim, e as minhas responsabilidades sofriam uma transformação rápida, quantitativa e qualitativa. Graças à transferência para a Cadeira de Sociologia I (oficializada em 1952) e, em seguida, ao contrato como professor em substituição a Roger Bastide, eu me via diante da oportunidade de contar com uma posição institucional para pôr em prática as concepções que formara a respeito do ensino da sociologia e da investigação sociológica. Converti essa cadeira (como se verá adiante) em um pião para atingir fins que são inacessíveis ao professor e ao investigador isolados. Como D'Artagnan, ao chegar a Paris, eu estava disposto a lutar com qualquer um que dissesse que nós não somos capazes de impor a *nossa marca* à sociologia. Ao antigo símbolo do *made in France* eu pretendia opor o *feito no Brasil*. Não estava em busca de uma estreita «sociologia brasileira». Pretendia, isso sim, implantar e firmar padrões de trabalho que nos permitissem alcançar o *nosso* modo de pensar sociologicamente e a *nossa* contribuição à sociologia. Os fatos iriam mostrar que isso era possível, que eu não forjara uma pura «utopia profissional». Pois durante quase quinze anos (de 1955 a 1969) — em que fiquei à testa da cadeira de Sociologia I — eu e meus colaboradores demonstramos, através de intensa e fecunda atividade intelectual, que essa possibilidade pode ser comprovada na prática. As dificuldades inerentes a uma universidade estática, à ausência de «tradição científica» e à escassez de recursos materiais, à extrema dependência cultural do país e

às interferências reacionárias do pensamento conservador não impediram que realizássemos programas altamente complexos de ensino e de pesquisas, que estabeleceram a nossa reputação científica, nos círculos acadêmicos e fora deles. O nosso esforço não pode nem deve ser isolado do que fizeram outros sociólogos brasileiros. Contudo, ele foi encarado, aqui e no exterior, como um índice de autonomia intelectual e de capacidade criadora independente. O que fomentou o mito da «escola paulista de sociologia» e nos conferiu um prestígio que sobreviveu ao expurgo que sofremos.

O CONFRONTO COM A SOCIEDADE

O sociólogo não possui um *laboratório*. Por isso, ele enfrenta muitas dificuldades, que não existem (ou aparecem com intensidade desprezível) nas ciências nas quais é possível pôr em prática a *investigação experimental*. A maior dessas dificuldades surge de um fato simples: o sociólogo está sujeito às normas e aos critérios *experimentais* do saber científico, mas ele não dispõe dos *meios* e das *facilidades experimentais* de descoberta e de verificação da verdade. Esse «limite abstrato» é, com freqüência, negligenciado pelos que estudam a formação e a evolução da sociologia como ciência. No entanto, ele deveria estar sempre presente, dos levantamentos iniciais às interpretações finais: é que ele explica os «porquês» dos *avanços* ou *recuos* dos sociólogos na investigação da realidade. O ponto de vista científico enlaça o sociólogo a uma verdadeira condição humana, da qual ele não pode escapar sem «trair» as normas e os critérios científicos de observação e de interpretação da vida em sociedade. Quando ele ignora essa condição humana — ou se subtrai a ela por omissão — sua *contribuição sociológica* poderá ser o que se quiser, menos uma *sociologia científica*.

Para dizer tudo com poucas palavras: as normas e os critérios científico-experimentais de verdade e de verificação da verdade põem o sociólogo em relação de tensão com a sociedade. A análise e a interpretação sociológicas são compatíveis com as ideologias e as utopias — com todas as ideologias e utopias porventura existentes em dada sociedade. Elas devem, mesmo, partir dos níveis perceptivos e cognitivos que estas oferecem ao investigador. Todavia, quando alcança a etapa da explicação propriamente dita, o sociólogo precisa *selecionar* e *eliminar* os ele-

mentos ideológicos e utópicos que encobrem, mistificam ou deturpam a «natureza íntima» ou o «sentido» das entidades e dos processos investigados. É claro que existem muitas variáveis em jogo e que não se pode recomendar um procedimento básico geral. A pressão societária, por exemplo, só é intensa quando o sociólogo investiga a própria sociedade na qual vive. De outro lado, as funções perceptivas e cognitivas das ideologias e das utopias variam de uma civilização para outra. A esse respeito, poder-se-ia distinguir duas situações extremas. Primeiro, no caso de sociedades não-estratificadas e estratificadas nas quais a ordem social se submete a um padrão de equilíbrio social estático (regulado pela reprodução das condições existentes), o conflito entre ideologia, utopia e explicação científica é *total*. Segundo, no caso de sociedades estratificadas nas quais a ordem social se submete a um padrão de equilíbrio dinâmico e instável (regulado pela transformação das condições existentes), o conflito entre ideologia, utopia e explicação científica é *parcial*, pois pelo menos os estratos ou classes sociais revolucionários sustentam percepções e explicações da realidade congruentes com o que pode ser descoberto e verificado pela investigação científica. Se se parte deste caso, típico dos sociólogos que vivem em *sociedades capitalistas* e exercem dentro delas o seu mister, tem-se uma relação de tensão extrema entre a condição humana do sujeito-investigador e a reação societária a explicações sociológicas que ponham em causa os *idola* (isto é, as conexões econômicas, sociais e políticas das ideologias e utopias com a estabilidade e o fortalecimento da ordem existente). Só dois caminhos oferecem alternativas de evasão à repressão societária. Um deles consiste em cultivar-se a sociologia formal ou sistemática, que confere ao sociólogo a liberdade de lidar com aspectos gerais e abstratos da vida humana em sociedade (solução que acaba sendo compatível com «alta objetividade científica» e «completa tolerância social»). O outro se abre graças ao refúgio em temas remotos ou exóticos, pelos quais o sociólogo procura realizar os seus papéis estudando o «passado morto» ou os «nossos contemporâneos de outras culturas». Nos dois casos, a chamada *neutralidade ética* preenche uma função decisiva, ajudando a completar a esterilização do elemento crítico intrínseco às ciências sociais. Por fim, há um terceiro caminho, que permite estabelecer um «compromisso» entre a *racionalidade adaptativa do sociólogo* e a *reação repressiva da sociedade*. Ele aparece na limitação deliberada do questionamento crítico das ideologias e utopias. O sociólogo interrompe a reconstrução da realidade, bem como a análise e a

interpretação dos fatos, em um *limiar conveniente*, no qual ele não põe em questão a ordem existente, reservando-se, portanto, a liberdade de conciliar ideologia, utopia e explicação científica, com freqüência de modo dissimulado. A *neutralidade ética* comparece, aqui, como componente essencial desse processo de acomodação intelectual e social, pelo qual o sociólogo pode oscilar, na esfera prática, do «reformismo esclarecido» ao «conservantismo conseqüente» e à «apologia da ordem». De qualquer forma, quando ela não chega a adulterar a investigação sociológica — pois há vários problemas e muitos temas que podem ser conhecidos sociologicamente sem destorções profundas, malgrado essa ginástica mental — ela restringe o campo empírico, o nível de análise e de interpretação e, por igual, as potencialidades práticas dos conhecimentos obtidos. O que faz com que a «neutralidade ética» seja um formidável inimigo do pensamento científico na sociologia.

Ora, por mais débil ou menos visível que tenha sido, a minha socialização socialista me excluía a alternativa de manipular a «neutralidade ética» como uma ponte de acomodação intelectual com o pensamento conservador e com os dinamismos repressivos (institucionalizados ou não) da sociedade brasileira. Já em 1947, em artigo sobre «O Problema do Método na Investigação Sociológica», publicado pela revista *Sociologia* (e transcrito como capítulo 14 de *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*), eu procurei me situar diante de tais questões. De um lado, tentei mostrar como se poderia compreender, sociologicamente, os motivos inerentes às alternativas de escolha abertas pelos vários métodos interpretativos na sociologia. De outro, deixei explícita a minha própria via, endossando o *materialismo histórico* e o *método de interpretação circunstancial* como a solução metodológica que me parecia adequada. Portanto, escolhi, desde o início, um caminho que me iria colocar em uma posição de elevada tensão com a sociedade brasileira. É possível que os conflitos não surgissem ou eclodissem com menor violência se, de fato, estivesse em curso uma evolução democrática depois do desaparecimento do Estado Novo. Todavia, ninguém poderá acusar-me de que eu tenha, alguma vez, subestimado as circunstâncias e tomado a nuvem por Juno. Só para fazer duas citações: em «Existe uma Crise da Democracia no Brasil» (conferência feita no ISEB, em 28/6/54, publicada por *Anhembi* e depois transcrita em *Mudanças Sociais no Brasil*), deixei bem claro que ainda estávamos longe de uma consolidação da democracia; e em «Reflexões sobre os Problemas de Mudança

Social no Brasil» (publicado na forma de artigos esparsos no suplemento literário de *O Estado de São Paulo,* em 1962, e em seguida editado em Belo Horizonte e transcrito em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*), resumi meu pensamento sobre a *reação sociopática à mudança* por parte das classes dominantes, no qual não fazia qualquer concessão ao lirismo da «democracia burguesa», fomentado, então, pelos apologistas do chamado «desenvolvimentismo». De um momento ao outro, mantive-me plenamente consciente de que defendia uma concepção da sociologia e do papel do sociólogo que entrava em conflito com as expectativas conservadoras das elites culturais e que não encontrava suporte efetivo bastante sólido em quaisquer das *correntes democráticas* que se achassem em atividade no seio da sociedade brasileira. Tratava-se de uma opção que podia fazer e manter, no plano puramente abstrato tanto quanto no do trabalho vinculado a uma instituição, com base em um radicalismo que nascia do pensamento científico e se voltava para o futuro, como uma conexão especificamente utópica das possibilidades que *teríamos*, a médio e a largo prazos, de associar a ciência e a tecnologia científica ao desenvolvimento econômico e à consolidação da democracia no Brasil, *se certas condições de expansão interna da civilização industrial se mantivessem constantes*. Por isso, a opção não caiu, de imediato, no foco repressivo da reação societária. Ela era aceita, de imediato, como algo «legítimo e «tolerado», o que me deu quase um quarto de século para amadurecer minhas idéias e difundi-las.

Logo me pareceu claro que não poderia atingir os objetivos que colimava se ficasse preso às potencialidades tradicionais da «cátedra» e do trabalho individual isolado do «professor catedrático». Não tinha como vencer as limitações intrínsecas ao padrão brasileiro de *escola superior,* para o qual a Faculdade de Filosofia resvalava, sem cessar, desde a sua fundação, e dentro do qual ela crescia como uma composição esdrúxula (moderna e superavançada, pelas atividades intelectuais; arcaica e atrasada, pelas estruturas institucionais). Na área das ciências exatas o problema não se colocava com a mesma gravidade, porque o laboratório impunha o trabalho em equipe, exigia modernização operacional de superfície e de fundo, e fomentava uma crescente crise do padrão herdado de escola superior. Destituído dos requisitos normais de um laboratório, tive de pensar em *como* se poderia contornar a dificuldade. No balanço que realizei, cheguei

à conclusão de que o essencial seria constituir uma equipe e usá-la, do modo mais racional possível com relação aos fins visados — a formação de um verdadeiro grupo de sociólogos pesquisadores — para criar o espaço necessário à sua própria consolidação e crescimento gradual. Não supunha que devêssemos, todos, pensar da mesma maneira, como uma *escola,* com certa «doutrina». Sabia que não dispunha de poder criador para tanto, quer na esfera da pesquisa e da teoria, quer na do ensino. E pressentia que seria perder tempo tentar construir um grupo de sociólogos moldados por um único calibre intelectual. Isso só poderia ser feito se, no ponto de partida, fôssemos no mínimo quatro ou cinco — e não um «professor contratado», figura relativamente precária e impotente na cena educacional da época. Portanto, a questão estava em compor um grupo com aquelas que revelassem maior aptidão para a pesquisa empírica sistemática e um mínimo de identificação com os alvos que eu tinha em mente. Na verdade, começara a seleção muito antes de substituir o professor Bastide. Quando ele apresentou o problema da minha transferência para a cadeira de Sociologia I, deixara patente que me estava escolhendo para sucedê-lo. Como a cadeira não dispunha de recursos elásticos, com exceção de um dos cargos, as pessoas escolhidas foram «plantadas» em outras cadeiras, dentro ou fora da Faculdade de Filosofia. Montei, assim, uma espécie de *viveiro,* que se alargou, em seguida, graças ao desprendimento de alguns candidatos, que aceitaram incumbências regulares sem remuneração, como um estágio provisório. O fato é que, em fins de 1954 e no início de 1955, já dispunha de um pequeno grupo, que podia trabalhar articuladamente comigo, e, em conjunto, nós mesmos forjamos o espaço para continuarmos crescendo. Na época em que fui afastado, em 1969, esse grupo era relativamente numeroso, se incluirmos nele os pesquisadores e auxiliares de pesquisa que trabalhavam no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o qual funcionava anexo à cadeira de Sociologia I. Com Roger Bastide, nessa última fase, trabalhávamos Gilda Rocha de Melo e Souza, Maria Isaura Pereira de Queiroz e eu. Gilda logo se transferiu para a cadeira de Filosofia e Maria Isaura fez uma parte de sua brilhante carreira ao meu lado (até que se transferiu para a cadeira de Sociologia II). Trabalharam comigo, ao longo do período de tempo que estive à testa da cadeira de Sociologia I, diretamente ou através do CESIT, os seguintes colegas: Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni, Marialice

Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Celso de Rui Beisiegel, José de Souza Martins, José César A. Gnaccarini, Gabriel Cohn, José Carlos Pereira, Gabriel Bolaffi, Sedi Hirano, Lourdes Sola, Cláudio José Torres Vouga, José Rodrigues Barbosa, Luiz Wejz, José Francisco Fernandes Quirino, Vera Lúcia Brizola, Maria Celia Pinheiro Machado, Dirceu Nogueira Magalhães, André Pompeu Villalobos e Maria Helena Oliva Augusto. Alguns economistas, como os professores Sebastião Advíncula da Cunha, Nuno Fidelino de Figueiredo e Aécio Cândido Galvão, prestaram serviços, por algum tempo, ao CESIT, sendo que Advíncula da Cunha deu-nos, além disso, um curso memorável sobre Keynes e suas teorias econômicas. Em 1961, comissionado pela UNESCO, o professor Bertram Hutchinson também trabalhou junto à Cadeira, especialmente no setor de pesquisas; e, em 1968, o professor Manoel Tosta Berlinck, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, deu-nos uma colaboração especial no setor docente. No período em que nossas atividades atingiram o clímax, quanto à intensidade e às potencialidades de expansão, recebemos uma excelente contribuição de Noemi Pinheiro, que foi uma secretária devotada de todo o grupo. Graças à mobilidade da carreira acadêmica e a outras razões, antes de 1969 alguns desses colaboradores se viram redistribuídos na estrutura ocupacional da USP.[2]

2. Primeiro, Renato Jardim Moreira se transferiu para o Centro Regional de Pesquisas. Em seguida, Celso de Rui Beisiegel passou para o ensino de didática especial das ciências sociais. Mais tarde, José Francisco Fernandes Quirino dos Santos foi para a cadeira de Antropologia, onde trabalhou com o professor Egon Schaden e seu grupo, e Gabriel Bolaffi para a Faculdade Arquitetura e Urbanismo. Em 1968 Fernando Henrique Cardoso ganhou o concurso para professor catedrático de Política, tornando-se o responsável por esta cadeira, e Maria Sylvia Carvalho Franco se deslocou para o setor de Filosofia. Em sua fase final, o CESIT foi dirigido por Leôncio Martins Rodrigues Netto, que realizou uma ampla recomposição nos quadros do seu pessoal, que não vem ao caso descrever aqui. No entanto, seria difícil manter um centro como aquele nas condições que prevaleceram depois de 1969. Quanto à cadeira de Sociologia I, ela desapareceu naquilo que já descrevi como a «reforma universitária consentida». Os que se bateram pela reforma tiveram a surpresa, uma constante na história do Brasil, de vê-la cair nas mãos dos círculos mais reacionários ou conservadores das elites culturais e políticas. Não obstante, Luiz Pereira, com a colaboração principalmente de Marialice Mencarini Foracchi, José de Souza Martins e Gabriel Cohn, tentou, por algum tempo, conservar as «antigas tradições» de trabalho intelectual, tanto no setor do ensino, quanto no da pesquisa. Isso era, contudo, impossível dentro das novas condições. O que logramos entre 1954 e 1969 não é passível de repetição. O que exige dos sociólogos uma reformulação profunda seja da estratégia de trabalho, seja de suas relações com a sociedade brasileira.

Na verdade, a cadeira de Sociologia I era uma instituição dentro de outra instituição. Sem quebrar a estrutura tradicional do padrão brasileiro de escola superior, conseguimos impedir que a «cátedra» e o «professor catedrático» exercessem uma função negativa na expansão quantitativa e qualitativa seja do ensino da sociologia, seja da pesquisa sociológica, seja da comunicação com o mundo não-acadêmico. Para que isso se tornasse possível foi muito útil o crescimento do próprio Departamento de Sociologia e Antropologia, que oferecia uma boa retaguarda a uma equipe disposta ao trabalho duro, e o ambiente de compreensão que se formou a respeito dos nossos objetivos, no departamento e fora dele. Ocorreram algumas tensões inevitáveis, mas nada que fosse além dos entrechoques pessoais, tão comuns nas classes médias brasileiras e entre os intelectuais. Formamos uma disciplina que valia para todos e que se aplicava com maior rigor aos que estavam no tope. A minha falta de experiência deve ter sido um fardo relativamente difícil para os outros, pelo menos no começo. Contudo, a minha boa vontade era grande e, dentro do grupo, prevaleciam alvos altruísticos — a ambição de produzir, de fazer uma carreira de alto nível e de conquistar uma posição de relevo para a sociologia, dentro na universidade e fora dela. Do meu ponto de vista, o «bom assistente» era aquele que evidenciasse uma capacidade de trabalho pelo menos igual à minha, em quantidade e em qualidade. Procurei os assistentes que me pudessem «*fazer sombra*» e sempre estimulei uma corrida aberta entre todos nós, no que se referisse à produção intelectual. Não contávamos com fontes doadoras de recursos e, por iniciativa minha, não aceitávamos qualquer vinculação com fundações estrangeiras. Mas isso não impediu um rápido avanço, tanto do ensino, quanto da pesquisa, pois o regime de tempo integral permitia uma certa intensificação dos ritmos de trabalho. Acima de tudo, combatíamos a acomodação e a mediocrização intelectuais, males que já estavam rondando a Faculdade de Filosofia, na medida em que os padrões de ensino e de pesquisa, estabelecidos pelos professores estrangeiros, eram incorporados ao nosso patamar humano e à nossa realidade cultural. Uma convenção verbal deixava em aberto o campo para substituições. Toda vez que se revelassem vantajosas ou necessárias, promovíamos as substituições que se impusessem, qualquer que fosse o valor do elemento em causa como sociólogo ou como pessoa. Também ocorreu que alguns dos colaboradores se afastaram por conta própria, em busca de outras áreas de

trabalho ou impelidos a fugir do clima tão «competitivo», q assim se constituíra.

O «despotismo da catédra» era a regra de ouro da esc superior brasileira e os mestres europeus — em termos méd — nunca foram contra essa regra, tão conciliável com o aut ritarismo imperante nas universidades alemãs, italianas e mes francesas. Mas eu fora refinado por anos de convivência co Roger Bastide, por cuja cabeça nunca passaria tratar algu como um subordinado, com Antônio Cândido e com vários colegas mais ou menos empenhados, como eu próprio, em instaurar um *universidade democrática*. Além disso, como repelia a dominação dos outros, não me sentia tentado a me converter em um tiranete. Como todos nós dependíamos, para o trabalho em comum, de condições institucionais que não existiam e careciamos, para diferentes fins, de recursos que não nos eram dados, foi relativamente fácil alcançar uma estrutura de *pequeno grupo*, em que o poder era compartilhado, em vários níveis, e no qual apenas havia concentração de *autoridade*, que tinha necessariamente de convergir para mim, e da qual eu só me valia quando se tornava indispensável. A rotina consistia em uma discussão em um primeiro escalão, na qual participavam comigo Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; havia, em seguida, um desdobramento da discussão em um segundo escalão, da qual também participavam Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco e, mais tarde, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues Netto e outros. Esses dois níveis não envolviam «graduação», mas uma escala de responsabilidades na estrutura docente. As decisões eram tomadas, assim, em termos de consenso e só se faziam as reuniões coletivas depois que os «*prós*» e os «*contras*» estivessem claramente delineados e que se evidenciasse a melhor linha a seguir, *dadas as nossas possibilidades e condições de trabalho*. Nas reuniões coletivas cabia-me relatar essas decisões — o que podia suscitar falsas aparências; não foram poucos os que me acusaram de mandonismo inveterado! — e pô-las em discussão. Daí nasciam os debates, que indicavam o que iríamos fazer em cada caso prático, de rotina ou que fugisse à rotina. A vantagem dos dois níveis prévios de discussão são evidentes. Mobilizava-se um estoque potencial de talento muito maior e havia a possibilidade de um crivo crítico muito mais amplo. A qualidade das decisões aumentava, ao mesmo tempo que uma parte maior do pessoal qualificado adquiria condições para discutir e defender as decisões tomadas. A necessidade da solução com

base no consenso de todos também é óbvia. Era preciso jogar com as pessoas, usar o seu tempo e o seu talento, ou deixá-las livres para certas tarefas e, o que era mais importante, impunha-se que o esforço de ensino e de pesquisa fosse visto por todos, malgrado as diferenças de posições, de prestígio e de compensação diretas ou indiretas, como *trabalho diferenciado de uma equipe*. Embora muitas vezes a «lógica dos pequenos números» falhasse, e a *equação pessoal* se fizesse inevitavelmente sentir de maneira negativa, a cadeira de Sociologia I rapidamente se converteu em um foco de identidade — para *nós* e para os *outros*, dentro do Departamento de Sociologia e Antropologia e fora dele.

A cadeira serviu, em suma, para atingir fins que, na tradição do ensino superior brasileiro, conflitavam com a sua existência. Era como que uma «revolução dentro da ordem». Sem modificar substancialmente as estruturas e as funções da instituição, nós obtinhamos dela um rendimento imprevisto, confirmando os antropólogos quando eles afirmam que as instituições são *flexíveis*. Além disso, cada um de nós — mas eu e Fernando Henrique, em particular — formávamos nódulos dentro de uma estrutura de poder mais ampla. Por aí mobilizávamos uma capacidade de decisão e de influência que transcendia à cadeira e ao departamento e, por vezes, mesmo à Faculdade de Filosofia e à USP. Tudo isso foi deveras importante para a consecução de nossos alvos e para a nossa auto-afirmação como grupo. Pois tínhamos como escapar às decisões que desabavam, burocraticamente, de cima para baixo, e um espaço político próprio, dentro do qual nos podíamos movimentar. Aos poucos, conseguimos que as pesquisas sobre relações raciais no sul do país contasse com algum suporte material (coisa que eu nunca tivera, antes) e, por fim, constituímos um fundo de pesquisa junto à própria cadeira, com dotações externas de origem nacional. O que tornou possível montar um *projeto* mais ambicioso: passamos, insensivelmente, da minha primeira aspiração, de fazer de São Paulo um «laboratório sociológico», para a delimitação do Brasil meridional como nossa área privilegiada de investigação sociológica. Quando o «poder institucional» desabou sobre a Universidade de São Paulo, em 1964, desenvolvíamos uma investigação sobre a empresa industrial e tínhamos um plano de estudos sobre «Economia e Sociedade no Brasil», em plena execução e expansão, e encetávamos as primeiras tentativas de incorporar outros países da América Latina em nossas investigações empíricas. Portanto, a cadeira

possuía suficiente densidade para servir de lastro a programas de formação de pessoal (na esfera do antigo curso de especialização e dos cursos de mestrado ou de doutorado) e dispunha de bastante autonomia para nos assegurar *condições mínimas* de especialização profissional. O que explica por que fizemos, dentro do país, em um período relativamente curto, um alto número de doutorados tidos como de excelente padrão científico; e por que encontrou êxito a filosofia de que os nossos especialistas só deviam ir ao exterior *depois da livre-docência,* como fizeram Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Evitávamos, dessa maneira, a «lavagem de cérebro», intrínseca à aprendizagem no exterior, e ao mesmo tempo impedíamos que se consolidasse um ótica intelectual estreita, provinciana, muito comum nos pequenos centros de investigação guindados pelo acaso a alturas de relevo.

Em termos não formais, portanto, a cadeira de Sociologia I possuía o equivalente de uma «política» e de uma «filosofia». A primeira regulava o nosso comportamento ao nível institucional, especialmente nas relações com o Departamento de Sociologia e Antropologia, a direção, o Conselho Técnico e a Congregação da Faculdade de Filosofia ou com a Reitoria e o Conselho Universitário. Ela se estendia às nossas relações com os jornais ou as casas editoras; e, mais tarde, também abarcou as nossas relações com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e o movimento estudantil. Com freqüência, nós tomávamos iniciativas com vistas aos objetivos que nos interessassem e procurávamos obter sua aprovação nos níveis de decisão em que elas se colocassem. Do mesmo modo, não nos limitávamos a escrever artigos e livros. Cercávamo-nos de condições que garantissem a sua publicação e a formação do público consumidor correspondente. A segunda regulava o nosso comportamento em face das tarefas de docência e de pesquisa. Se não existia unanimidade de pontos de vista, a dinâmica de pequeno grupo, a nossa franca adesão a certos valores ou fins puramente racionais e a freqüência de reuniões nos vários níveis indicados forjavam aspirações convergentes e acordos tácitos. Isso nos permitia defender, onde e quando fosse necessário, idéias e soluções que nos asseguravam um mínimo de unidade no plano da ação. Queríamos um ensino básico que fosse suficientemente sólido e diferenciado para servir de base à preparação posterior de três tipos de especialistas — o professor de sociologia, o sociólogo-pesquisador e o sociólogo-técnico. Pretendíamos aumentar as oportunidades de escolha dos estudantes mais avançados, oferecendo vários cursos, que se abrissem para essa trifurcação (embora só tardiamente lográssemos algum êxito com referência à preparação de técnicos). Desejávamos imprimir maior amplitude e conseguir recursos humanos próprios para os cursos de especialização e de pós-graduação, mas tivemos de nos conformar com arranjos precários, que sobrecarregavam determinados docentes. Como encarávamos o ensino da sociologia em termos de associação de teoria, pesquisa e aplicação, convertemo-nos em um forte grupo de pressão, dentro do departamento e da escola, que visava, com plena consciência das relações entre meios e fins, transformações estruturais profundas da universidade. Estas despertavam incompreensões e isso encontrava resistência institucional bem conhecida. Ao contrário da maioria, porém, não esperávamos as «reformas finais» para começar a agir. Facetávamos as inovações dentro de nossas possibilidades, combinando a nossa massa de trabalho e de talento para lograr, pelo menos, os fins que estavam ao nosso alcance. Em conseqüência, avançamos mais do que se poderia esperar na solução dos problemas criados pelos cursos de formação, associamos o curso de técnicas e métodos a um mínimo de adestramento sociológico dos estudantes e garantimos um elenco razoável de escolhas para os alunos de terceiro e quarto anos (além de matérias que vinham do passado, como sociologia aplicada, sociologia do conhecimento, sociologia econômica, etc., foram introduzidas novas disciplinas, como sociologia do desenvolvimento, sociologia industrial e do trabalho, sociologia do planejamento, introdução ao estudo da sociedade brasileira, etc.). Por meio de assistência individual intensiva, uma boa parte dos numerosos candidatos à especialização e ao mestrado chegava a cumprir os requisitos de aprovação, apresentando com freqüência trabalhos dignos de publicação. No que se refere à pesquisa podíamos avançar muito pouco. A estrutura institucional da USP não permitia o desdobramento normal das carreiras de docentes e pesquisadores, o que bloqueava qualquer projeto mais ambicioso de aceleração do crescimento das investigações. Ainda assim, utilizando racionalmente a nossa capacidade de trabalho, melhoramos a preparação teórica e o treinamento dos estudantes para a pesquisa e, com o uso de doações externas ocasionais, montamos alguns projetos de investigação muito importantes (seja de caráter pessoal, seja cooperativo). Por fim, graças à fundação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho foi possível contar com a colaboração regular de

três pesquisadores e três assistentes de pesquisa em certos projetos especiais. Com o aparecimento da FAPESP, por sua vez, os recursos de origem externa ganharam um súbito incremento, elevando-se o número de pesquisas individuais e ampliando-se o escopo das pesquisas em colaboração. Contudo, a rigidez institucional continuou a operar como uma barreira à expansão das investigações. Somando-se as inovações que desejávamos implantar quanto ao ensino às inovações que se tornavam imperiosas na esfera da pesquisa, é evidente que não podíamos nos conformar com a tendência à estagnação, imperante nas universidades brasileiras. A nossa «política» e a nossa «filosofia» levou-nos, gradualmente, a procurar pontos de apoio externos às transformações mais ou menos profundas de que carecíamos. Muitos professores de outras áreas compartilhavam das mesmas idéias e aspirações, e os estudantes, por sua vez, sofriam experiências melancólicas para permanecerem indiferentes. Saímos do «esplêndido isolamento acadêmico» para lutar por outro tipo de universidade, que se pusesse em dia com a pedagogia moderna, a era da ciência e a democracia. Isso conferiu aos mais destacados representantes da cadeira de Sociologia I uma posição de ponta nos movimentos em prol da reforma universitária e a cadeira, como um todo, ganhou uma *«má» visibilidade* em termos dos círculos conservadores, dentro da USP e fora dela. Em compensação entrávamos, como grupo, no circuito da história em processo, seja por causa da contribuição que dávamos ao conhecimento crítico da sociedade brasileira e ao desenvolvimento da pesquisa sociológica no Brasil, seja pela crescente participação que aceitávamos nos debates de temas de significado nacional e no movimento pela reforma universitária.

Não é fácil avaliar-se o que a cadeira de Sociologia I representou para mim naquele estágio de minha carreira (e posteriormente). Não são poucos os que fazem um retrato unilateral da situação, como se ela tivesse sido um produto da minha vontade e da minha influência exclusiva. Todavia, essa avaliação não é correta. Houve um dar e um tomar — e o que deu recebeu em troca, talvez numa proporção maior do que se pode reconhecer à distância. É provável, mesmo, que a cadeira de Sociologia I teve maior importância para mim que eu para ela! Entre os últimos cinco anos da década de quarenta e os cinco primeiros anos da década de cinqüenta eu encerrara o ciclo de formação e me impusera como um sociólogo de reputação profissional muito sólida. Além dos livros sobre os Tupinambá, da livre-docência e de muitos

artigos ou ensaios, havia publicado o trabalho feito em colaboração com Roger Bastide sobre *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (revista *Anhembi*, 1953, nºs 30 a 31), o *Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia* (1953) e, por iniciativa de Aziz Simão, os *Apontamentos sobre os Problemas da Indução na Sociologia* (1954). Eu era «o professor», não só no consenso dos estudantes e dos meus colaboradores, como também no meio acadêmico e nos círculos intelectuais. Não obstante, eu me via, de chofre, diante de uma enorme responsabilidade, trabalhando com um grupo de alta qualidade intelectual e estimulado por mim mesmo a pôr em prática uma competição discreta mas sem quartel. Era como se eu tivesse de enfrentar uma revolução psicológica, moral e intelectual nas circunstâncias mais duras, pois ninguém pretendia «abrir a guarda» ou «reduzir as exigências». Os meus assistentes traziam consigo ventos novos, que vinham principalmente da França ou da Inglaterra. Eles haviam sido meus alunos e me respeitavam: o que eu lhes dera, porém, fora um mero ponto de partida e o respeito, para ser mantido, deveria ser continuamente reconquistado. No processo de auto-afirmação psicológica e científica, eles impunham, claramente, o peso da renovação que eles configuravam, graças a Lukacs, primeiro, a Sartre, em seguida, a Goldman, mais tarde, e a uma pletora de leituras menores, em que se confundiam a «nova esquerda», a «contracultura» e os principais representantes mais recentes da sociologia européia ou norte-americana. Apesar das pequenas diferenças de idade, eles surgiam diante de mim e dos estudantes como a *nova geração*. Eu não dispunha de tempo para retomar leituras maciças ou para aprofundar os meus conhecimentos sobre os expoentes das novas tendências filosóficas, sociológicas e socialistas. Por sua vez, os meus colegas mais jovens não simplificaram as coisas para mim. Eles constituíram um círculo de estudos, por exemplo, no qual se associaram sociólogos, economistas e filósofos, que começou por uma análise dos textos de Marx. Eu me vi excluído. Achei natural — pois eu era «o professor». Tampouco me ralei, já que tinha muito que fazer. Contudo, ficava delineada uma situação: os «novos» vinham a todo vapor, tinindo como nós os mais velhos gostaríamos que eles fossem. Quanto a mim, ou eu me condenava a um precoce ocaso, ou teria de suplantar-me. Às vezes eu tinha vontade de rir por dentro. Na pesquisa sobre a empresa industrial, por exemplo, alguns elementos mais jovens opuseram tenaz resistência a certas

técnicas «tradicionais», como o estudo de caso. Ora, eu me lembrava de Lenin usando questionários e levantamentos empíricos com o maior empenho, para conhecer o estado das opiniões políticas e ajustar a orientação prática de um partido revolucionário. O contraste parecia-me chocante e amargo. A questão de fundo, todavia, ficava de pé. De um hora para a outra eu me arriscava a converter-me numa variante do arcaico «professor catedrático» ou poderia encarnar a tão denegrida «posição empírico-criticista». O que quer dizer que eu tinha de recomeçar, gostasse ou não, reciclando a minha concepção de sociologia e redefinindo o que eu vinha admitindo como sociólogo. Esse, em suma, foi o quinhão que me tocou na revolução mental que a reconstrução da cadeira de Sociologia I provocou dentro de mim. Diante de um grupo orgânico de sociólogos-pesquisadores, os quais se dispunham a interpretar o Brasil e a periferia do mundo capitalista à luz de novas categorias sociológicas, eu precisava refazer as minhas metas para ter o direito de continuar à testa do grupo.

Não existiam, pois, condições humanas nem para um «clima idílico de trabalho» nem para um *solidarismo integral*. Formávamos um grupo dentro do qual se entrechocavam várias personalidades fortes, intelectualmente vigorosas e ambiciosas, que se dispunham lealmente à colaboração construtiva e ao que se poderia chamar de «idealismo profissional», mas que percorriam os caminhos comuns sem abrir mão dos objetivos próprios, alguns individuais, outros coletivos (em termos de geração ou de subgrupos congeniais). Cabia-me orientar e supervisionar as atividades docentes e a preparação das teses de mestrado ou de doutoramento. Mas, dentro de cinco ou dez anos, no máximo, eles alcançariam a plenitude de sua capacidade profissional e o nosso relacionamento se transformaria por completo. O que fazer? Seguindo o impulso que dava forma à minha reação psicológica e intelectual ao grupo, decidi colocar-me *dentro da pista de corrida*, embora como um companheiro mais velho e, pelas circunstâncias, favorecido inevitavelmente pela posição de «mais igual». Podia, assim, aproveitar o embalo geral e, nos momentos críticos, impor os meus próprios ritmos ao rendimento do nosso trabalho ou os meus próprios padrões ao desempenho de nossos papéis e responsabilidades. Ficava, pois, no centro dos acontecimentos e dos processos que modelavam aquele pequeno mundo, o qual, aliás, bem depressa se converteu na razão de ser de nossas vidas e no eixo em torno do qual iriam girar as nossas atividades profissionais ou

políticas. Mesmo quando respondíamos a apelos mais amplos, ali estava a retaguarda e a ponte que ligava os nossos destinos à condição imperante na sociedade brasileira.

Pode ser que hoje, com a experiência acumulada, eu compreendesse e resolvesse melhor as tarefas que tive pela frente. No entanto, o ajustamento alcançado era altamente positivo e estimulante para mim (e, suponho, para os outros: quantos *catedráticos* se saporiam, naqueles idos, a serem «companheiros mais velhos» de seus assistentes?). Não estabelecemos «servidões recíprocas». Ao contrário, definimos um patamar de entrelaçamento, no qual conciliávamos a liberdade de cada um tanto com um senso rigoroso do «dever do professor», quanto com uma visão esperançosa do «papel do sociólogo». Na condição de companheiro mais velho podia corresponder satisfatoriamente às minhas tarefas, obrigar-me a concessões inevitáveis e remar com certa autonomia a favor ou contra a maré. Acredito que demonstrei possuir uma plasticidade psicológica e intelectual insuspeitada, que foi de grande utilidade para mim e para o grupo. E que, graças a ela, logrei *servir* e *dirigir* os companheiros mais novos, sintonizando-me com eles, com suas propensões intelectuais ou políticas e com suas tensões com a realidade. Em particular, consegui localizar-me vantajosamente em relação à fermentação intelectual que se produzia entre eles e, por conseguinte, tirar enorme proveito pessoal dos seus progressos no conhecimento sociológico da sociedade brasileira. Se é certo que eu exercia influência sobre os nossos projetos de tese, de pesquisa e de ensino, também é claro que a influência continha duas polarizações (ou dimensões): com o desenrolar dos projetos e através de seus resultados eu adquiria numerosos tentáculos, que se voltavam em diferentes direções, aperfeiçoando-me como sociólogo e conquistando uma nova visão da sociedade brasileira. De outro lado, se é certo que as nossas idéias e aspirações comuns traduziam muitas das minhas esperanças, também é claro que elas nunca alcançariam o mesmo vigor nem teriam as mesmas consequências se não tivessem sido compartilhadas, peneiradas e fortalecidas por um grupo tão selecionado e convicto de sociólogos em gestação. Se é certo que eu os ensinara a perfilhar a imagem do sociólogo comprometido com «o pensamento inventivo na ciência» e com a «transformação da sociedade brasileira», também é claro que eles me devolviam essa imagem engrandecida, com uma exigência adicional: que me comportasse de acordo com ela.

Se essas influências recíprocas confirmavam muitas de minhas posições, orientações e conclusões anteriores, elas alteravam outras. Eu era obrigado a penetrar mais a fundo na compreensão do elemento positivo intrínseco à sociologia como ciência, depojando-me, de modo crescente, de resíduos deixados por uma longa *contaminação naturalista,* ligada principalmente ao período de aprendizagem e aos começos de minha formação sociológica. O que fizera, no sentido de livrar-me desses resíduos, através de Mannheim, da primeira leitura de Marx e de outros autores, mostrava-se insuficiente e ia ficando cada vez mais para trás. A nova massa de leituras exigia que repensasse o destino que dera ao debate das soluções metodológicas — que, na verdade, eu estudara pacientemente — e que me recolocasse os problemas lógicos dos modelos irredutíveis de explicação sociológica. Era claro, através deles, que a sociologia se dividia em campos fundamentais e que as aparentes exclusões se elidiam, quando se encarava a questão a partir da posição do sujeito-investigador e da complementaridade dos modelos, considerados em conjunto. Aproximava-me, dessa maneira, de uma conclusão que me pareceu fecunda e que não havia sido explorada anteriormente, pela qual a unificação do pensamento sociológico deve ser procurada fora e acima das falsas *pugnas sociológicas,* que dividiram os sociólogos no passado, e também fora e acima de falsas soluções integrativas (como as que mencionei acima ou a de Parsons, que apresenta como um sistema unificado o que não passa de uma reelaboração epistemológica, teórica e metodológica de um dos campos, o da sociologia formal ou sistemática). O novo quadro de referência foi pouco produtivo com relação ao que conseguira fazer, antes, na elaboração de uma «teoria geral» da sociologia aplicada. Para as condições brasileiras, nessa área eu tinha avançado até onde seria possível, fundindo os resultados empíricos, teóricos e práticos dos sociólogos norte-americanos às contribuições dos especialistas europeus, de Comte, Marx e Durkheim, a Mannheim, e introduzindo na discussão o que fora ignorado até então: a intervenção racional como uma condição que deveria ser tomada em conta, pelo investigador, simultaneamente como *processo social,* como *elemento pragmático* e, no limite da combinação das duas coisas, como *fator* de controle. No dizer de Baldus, em conversa comigo, eu me pusera «vinte anos na frente do que se estava fazendo». Verdadeiro ou não, esse raciocínio indica que eu só poderia ir mais longe se me oferecessem oportunidades de participar de projetos con-

tetos de controle programado dos problemas sociais. O que seria difícil, numa sociedade capitalista como a brasileira, na qual os mecanismos de defesa da ordem não passam pelo planejamento democrático, mas pela omissão ou pela opressão e pela repressão.

Mais importante, quanto ao meu futuro e à evolução da cadeira de Sociologia I, foi a revisão a que submeti minhas idéias sobre a estratégia de trabalho recomendável ao sociólogo brasileiro, tendo em vista suas possibilidades de contribuição original ao desenvolvimento de teoria sociológica e à solução (ou, pelo menos, ao equacionamento sociológico) dos problemas sociais e dos dilemas históricos do país. Pareceu-me que devíamos optar por uma franca especialização, pela qual se desse maior amplitude empírica e teórica às condições particulares ou específicas de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e sujeita aos controles externos. Na linguagem de Weber, eu descrevia essa condição como *heteronômica,* sem saber, na ocasião, que o par de conceitos — «autonomia» e «heteronomia» — provinha de Marx. Em artigos escritos em 1956 («Ciência e Sociedade na Evolução Social do Brasil», publicado pela revista *Brasiliense,* no número 6 desse ano; e «Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil», publicado em alemão pela revista *Sociologus,* também nesse ano, volume 6 número 2, e pela revista *Anhembi* nos números 75 e 76, em 1957) já me referia claramente a essa problemática, empregando o conceito de *dependência* e, inclusive, o de «burguesia dependente». Entretanto, seria nos ensaios sobre «Relações Culturais entre o Brasil, o Ocidente e o Oriente» (de 1959, publicado como capítulo V de *Mudanças Sociais no Brasil*), «Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento» (também de 1959, publicado como introdução a *Mudanças Sociais no Brasil*) e «Padrão e Ritmo da Mudança Social na América Latina» (de 1960, publicado no mesmo ano pela UNESCO e reproduzido como capítulo 8 de *A Sociologia numa Era de Revolução Social*), que iria dar os primeiros passos no debate em profundidade do assunto. Então já conseguira ver com clareza que os sociólogos das regiões subdesenvolvidas e dependentes não deviam competir com os sociólogos dos centros de investigação das nações centrais; que devíamos concentrar os nossos esforços na investigação empírica sistemática dos problemas fundamentais dessas regiões (segundo uma perspectiva descritiva, comparativa ou histórico-diferencial); e que, quanto à sociologia formal ou sistemática, devíamos limitar-nos a consumir, onde e quando fosse necessário, os resultados do

trabalho daqueles centros. Em síntese, pensava que estávamos diante de uma especialização produtiva: 1º) para a sociologia já que os sociólogos dos países capitalistas centrais não dispunham dos mesmos meios e oportunidades para estudar e explicar o capitalismo subdesenvolvido e sua sociedade de classes; 2º) para o Brasil (e as nações capitalistas dependentes em geral), já que a investigação sociológica preenchia, assim, a função de alargar e aprofundar a consciência crítica dos fatores e efeitos do subdesenvolvimento e da dominação externa, bem como a de propiciar conhecimentos básicos que poderiam ser úteis à redução ou à remoção desses fatores e efeitos, desde que existissem condições econômicas, sociais e políticas para tal tipo de reação nacional. As primeiras formulações desse ponto de vista, fora das salas de aula, aparecem em «O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros» (publicado pela coleção de Estudos Sociais e Políticos da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 1958) e, com maior rigor, em «A Sociologia como Afirmação» (comunicação presidencial ao II Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1962; publicada pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais* do mesmo ano e reproduzida em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, capítulo 2), à qual remeto o leitor. Neste último ensaio também me refiro ao elemento político intrínseco aos papéis do sociólogo, na cena brasileira, e à necessidade de combinar-se desenvolvimento e democracia para superar os impasses da sociedade capitalista no Brasil.

Apesar da minha condição de socialista militante, não tentei vincular a estratégia de trabalho apontada exclusivamente ao marxismo. Tanto no plano do ensino quanto no da pesquisa não procurei romper com o ecletismo, herdado dos professores europeus e posto por mim em outra órbita, com uma compreensão mais rigorosa da interdependência dos vários modelos de explicação na sociologia. Evoluí rapidamente, portanto, para um ecletismo balanceado e que convergia, criticamente, para o significado lógico e empírico específico de cada solução metodológica e de cada contribuição teórica. Em termos operacionais, deixava o campo aberto para que os estudantes e os pesquisadores jovens pudessem receber um treino sociológico capaz de prepará-los, de fato, para colocarem em prática a estratégia de trabalho mencionada. Pelo menos três campos da sociologia saíam privilegiados — o da sociologia descritiva, o da sociologia comparada e o da sociologia diferencial ou histórica — e o adestramento sociológico

precisaria cobrir, naturalmente, pelo menos esses três campos. Não obstante, o caminho percorrido envolvia rupturas profundas. Primeiro, com minhas ambições científicas anteriores. De início, sentia-me fortemente inclinado a concentrar-me nos problemas teóricos da sociologia e vários dos meus ensaios revelam essa preocupação, pela qual, no fundo, o «colonizado» procurava igualar-se ao «colonizador». Vários de meus colegas, entre eles Gioconda Mussolini, Paula Beiguelman e Laerte Ramos de Carvalho, aconselharam-me a manter aquelas ambições, com o padrão correspondente de trabalho intelectual. Eu próprio sentia que devia desprender-me delas e da concepção olímpica do *scholar*, que elas pressupunham. Povos pobres e sem tradição cultural própria não podem fomentar esses «luxos da civilização». A teoria sociológica com a qual nos devíamos confrontar parecia-me, cada vez mais, a que expunha a realidade de um mundo capitalista subdesenvolvido dentro de um beco sem saída. Segundo, com o padrão de carreira que, bem ou mal, os professores estrangeiros haviam implantado. Vendo aquele padrão de carreira através do meu exemplo, cheguei a temer que o meu caso se tornasse típico. Se os sociólogos brasileiros reproduzissem a minha carreira, passariam o resto da vida ocupados em fazer teses e em realizar investigações voltadas para a elaboração de teses. A carreira científica é importante e ela devia ser consagrada, fortalecida e racionalizada. Fora, porém, dos riscos criados pelas tentações dos «passatempos conspícuos», pelos quais, no ato de ser universitário, o sociólogo acabaria isolando-se mentalmente da sua sociedade. Sem simplificar as etapas da carreira, impunha-se projetar dentro delas novos conteúdos, que eliminassem qualquer modalidade de «torre de marfim» ou de «neutralização profissional» do sociólogo. Ora, parecia-me que a estratégia de trabalho esboçada acima dava-nos a chave da questão, pois o tipo de especialização selecionado podia converter o ato de ser universitário em um vínculo real do sociólogo com a sociedade brasileira, os seus problemas humanos e os seus dilemas históricos, e, de uma forma mais geral, com a *condição humana* no mundo capitalista subdesenvolvido. As duas rupturas tiveram conseqüências fundamentais. De um lado, porque incentivei os meus assistentes a produzirem «teses de alto padrão», mas que respondessem a esses requisitos (o que, aliás, eles por sua vez estavam propensos a fazer). De outro, porque iniciamos, em conjunto, uma nova era da investigação sociológica no Brasil, elaborando teorias e conhecimentos suscetíveis seja de operarem

como «técnicas racionais de consciência social», seja de intensificarem o elemento político intrínseco aos papéis do sociólogo, dentro de uma linha especificamente científica.

O avanço na nova direção não foi súbito, mas gradual. O ponto de partida resultou da pesquisa sobre relações raciais em São Paulo. Em *Brancos e Negros em São Paulo,* escrito em colaboração com Roger Bastide, coube-me redigir os capítulos «Do Escravo ao Cidadão», «Cor e Estrutura Social em Mudança» e «A Luta contra o Preconceito de Cor». O primeiro capítulo obrigou-me a fazer uma reconstrução histórica de toda evolução econômica de São Paulo, o que me pôs diante das funções da escravidão sob a economia colonial e na transição para o capitalismo. Além disso, a análise da desagregação do regime escravista e do abolicionismo desvendou a natureza da Abolição como uma «revolução do branco para o branco» — ou seja, condicionada pela implantação do capitalismo mercantil nas cidades e sua irradiação para o campo, pela universalização do trabalho livre, pela consolidação da hegemonia da economia urbana e pelo início da industrialização. O segundo capítulo exigiu uma descrição em profundidade da formação social engendrada pela produção escravista, em termos da superposição entre estratificação racial e estratificação social. O uso de materiais relativos a outras regiões permitiu, por sua vez, uma focalização que considerava, de uma perspectiva sincrônica e diacrônica, as origens e as funções da desigualdade racial no passado remoto ou recente e no presente, em termos das duas épocas da *sociedade estamental* e da formação da *sociedade de classes*. O terceiro capítulo levou-me a estudar, concretamente, uma forma específica de inconformismo, evidenciando a debilidade dos grupos raciais e dos estratos sociais subalternos, impossibilitados de enfrentar seus problemas e dilemas sociais dentro e através da ordem existente. Embora a parte mais rica da documentação sobre o «protesto negro» não fosse explorada, ficou evidente que o inconformismo do negro constituía uma objetivação genuína do populismo mais puro e radical, como se o elemento marginalizado e excluído pudesse arvorar-se no «paladino da ordem» e no «campeão da democracia». Tinha chegado a um vasto painel do Brasil e, dentro dele, as relações entre economia, sociedade e Estado negavam as várias imagens convencionais que foram construídas, até então, sobre «a nossa terra» e «a nossa gente». Pedi a Roger Bastide autorização para reexplorar os dados de nossa pesquisa, com o que ele concordou generosamente. Em

1954 complementei a nossa documentação, para aprofundar o conhecimento dos conteúdos da contra-ideologia e da contra-utopia inerentes ao movimento de protesto; e, em seguida, devotei-me a um longo esforço de tombamento e de depuração analítica da nossa documentação. O que consegui fazer, nessa retomada do assunto, aparece em *A integração do Negro na Sociedade de Classes:* através do negro e do mulato procurei descrever como o Povo emerge na história». Como escrevi, tentava esclarecer «os dilemas materais e morais não só da democratização das relações raciais, mas da própria sorte da democracia no Brasil». Enfim, abrira o caminho para explicar, sociologicamente, quais foram os protagonistas da revolução burguesa em nosso país, como ela se desencadeara e por que, afinal de contas, ela se fechou para a plebe, ou seja, para a vasta maioria da população.

As conclusões a que cheguei se opunham à descrição conservadora do «mundo que o português criou» — e por que não o escravo? — desvendando a realidade subjacente ao capitalismo dependente, à sociedade de classes subdesenvolvida e ao Estado burguês que resulta de ambos, montado para resguardar e fortalecer a *democracia restrita* de uma minoria, não para assegurar «o consenso geral» e a participação da maioria nas estruturas de poder de uma *comunidade política nacional.* No entanto, eu ainda alimentava muitas ilusões, condicionadas ideologicamente por minha própria situação de classe ou fomentadas pelo radicalismo democrático e pelo socialismo. A idéia de uma «revolução democrática» representava uma hipótese necessária, a que não podíamos escapar. À falta de um sólido movimento socialista revolucionário, somente o acúmulo de conhecimentos críticos, por parte dos cientistas sociais, poderia revelar que, na periferia do mundo capitalista, os ritmos da história não repetem a revolução burguesa «clássica», de algumas nações da Europa e dos Estados Unidos. Por isso, demorei algum tempo para vencer certas limitações descritivas e interpretativas (na verdade, entre o término de *A Integração do Negro à Sociedade de Classes* em 1964, e a redação da parte final de *A Revolução Burguesa no Brasil,* entre 1973 e 1974, ao todo dez anos), as quais podem ser facilmente identificadas nos ensaios coligidos em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* e, principalmente, em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.* Hesitações, oscilações, avanços parciais e insatisfatórios que sublinham uma coisa — o sociólogo não descobre

a verdade «pronta e acabada». Ele tem de travar uma luta sem tréguas com a sociedade, para depurar sua condição humana e libertar a sua inteligência, pois a verdade, transmitida pelo código da ciência, é uma negação e uma superação do que parece ser a realidade.

Trata-se, realmente, de um longo período, se tomarmos em conta quantos são os anos produtivos da carreira profissional de um sociólogo. Contudo, eu teria demorado ainda mais — ou quiçá, mesmo, jamais alcançaria um conhecimento aproximado que me satisfizesse — não fossem dois elementos externos, que tiveram profunda influência no meu relacionamento com a sociedade brasileira. O primeiro é de caráter prático, e diz respeito ao meu envolvimento na Campanha de Defesa da Escola Pública, no início da década de 60 (veja-se, a respeito, especialmente, o capítulo 4 de *A Sociologia numa Era de Revolução Social*). Graças a essa campanha mobilizei as vantagens da condição de sociólogo militante para observar, analisar e interpretar o meio ambiente. Tive contactos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos. Descobri os véus de um quadro sombrio e doloroso. As debilidades das correntes radical-democráticas; as deficiências do movimento socialista; a violência e o obscurantismo da reação conservadora; a neutralização do Legislativo e do Executivo por interesses particularistas regionais ou de classe e setoriais, todos fundamentalmente egoístas e antinacionais; uma persistente «reação sociopática à mudança social», que submetia todas as inovações de significado político ao mais cruel e cego controle de classe. Pela primeira vez em minha vida era provocado a definir a *consciência burguesa* em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a *revolução nacional* e a *revolução democrática* de recorte especificamente capitalista. O segundo é de caráter empírico e teórico e diz respeito ao conjunto de investigações feitas junto à cadeira de Sociologia I, especialmente as vinculadas ao doutoramento e as que se prendiam aos projetos sobre «A Empresa Industrial em São Paulo» e, principalmente, «Economia e Sociedade no Brasil». Eu próprio estava encarregado de um dos desdobramentos deste último, que acabou

sendo realizado por Paulo Singer.[3] No contexto das pesquisas efetuadas e de seus resultados fui levado a expor as categorias históricas do capitalismo, da sociedade de classes e do Estado democrático a uma adequação mais rigorosa às condições brasileiras. É claro que outros trabalhos, como os de Roberto Cardoso de Oliveira, Paulo Singer e Juarez Brandão Lopes (que fizeram seu doutoramento junto à cadeira de Sociologia I) e de vários cientistas sociais, brasileiros e estrangeiros, foram aproveitados. Contudo, as contribuições de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Luiz Pereira, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco e Leôncio Martins Rodrigues, entre 1960 e 1965, estimularam-me a buscar uma reformulação das teorias criadas para explicar o capitalismo, o regime de classes e o Estado nos centros imperiais da civilização industrial. Não me parecia que essas teorias devessem ser abandonadas ou negligenciadas. Ao contrário, o sociólogo não pode escapar delas, enquanto estiver cuidando das realidades históricas do «capitalismo moderno», no centro ou na periferia. Cabia-me, pois, repor os problemas fundamentais — com os mesmos conceitos, as mesmas técnicas de investigação e, portanto, de análise e de interpretação, e com as mesmas teorias — mas procurando aquilo que Marx designava como as *diferenças específicas*. As contribuições mencionadas forneceram um quadro de referência empírica que transcendia àquele que eu podia extrair das pesquisas sobre o negro. Por conseguinte, ganhava uma perspectiva para «controlar» minhas conclusões e, ao mesmo tempo, para colocá-las em um contexto mais amplo, no qual entravam o empresário industrial, o trabalho operário e o sindicato, o estudante, o homem livre na sociedade escravista, o Estado brasileiro e as correntes político-partidárias. Consolidava-se, assim, toda uma tendência teórica à desmistifi-

3. Deixei de lado o projeto de investigação sobre relações raciais no sul do Brasil, desenvolvido por Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, que afetaram a consolidação das conclusões sobre o estudo do negro em São Paulo (em particular, os aspectos que permitiam generalizar as descobertas sobre o modo de produção escravista, a ordem senhorial e escravocrata, as origens e as funções do preconceito de cor, etc.). Também deixei de lado outras pesquisas, cujos resultados foram publicados posteriormente, como as de José de Souza Martins, José Carlos Pereira, Gabriel Cohn, José César A. Gnaccarini e outros, as quais confirmaram muitas convicções e conclusões que se acham expostas no manuscrito de 1966. Contudo, aproveitei todos esses trabalhos livremente mais tarde, ao escrever o ensaio «Anotações sobre Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil», o primeiro capítulo de *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e a última parte de *A Revolução Burguesa no Brasil*.

cação da *consciência burguesa*, que me ajudava a interrogar a *nossa* revolução burguesa de um ângulo específico, para saber o que nos reservava uma burguesia dependente, ultraconservadora e tão profundamente pró-imperialista.

As conclusões gerais a que chegara foram expostas em um curso sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira, dado no primeiro semestre de 1966. Elas foram retomadas, com maior amplitude e sistematização, no manuscrito de *A Revolução Burguesa no Brasil* (a primeira parte e o fragmento da segunda parte foram escritos nesse mesmo ano, tendo sido, na ocasião, lidas e criticadas pelos meus principais colaboradores, embora a última parte só fosse escrita entre fins de 1973 e 1974). Todavia, as idéias centrais do manuscrito foram aproveitadas no ensaio sobre «Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento» (divulgado em 1967, através do colóquio sobre *Problemas das Sociedades em Desenvolvimento Indusirial*, patrocinado pela universidade de Münster). Nele deixo bem claro o pensamento fundamental: as burguesias da América Latina haviam perdido a oportunidade histórica de liderarem a transformação capitalista; elas próprias forjaram, em certo sentido, a situação de dependência. Contudo, ainda acreditava que, sob a pressão de outras classes (como o proletariado, o campesinato ou certos setores insatisfeitos das classes médias), tal acomodação poderia ser rompida, abrindo-se espaço político para outro tipo de nacionalismo e de revolução democrática. A hipótese foi creditada às alternativas possíveis, que o raciocínio sociológico não pode nem deve ignorar. Ainda assim, ela validava esperanças que possuíam um vinco ideológico.

Por fim, a própria história simplificou a observação e a interpretação dos fatos capitais. O Estado autocrático, em vários países da periferia do mundo capitalista e na América Latina com uma intensidade notável, demonstrou que não existiam «alternativas possíveis» dentro do capitalismo dependente. Foi, de novo, através de uma combinação das atividades práticas com o trabalho acadêmico que percorri esse último circuito, pelo qual consegui eliminar o impacto da condição burguesa e do radicalismo democrático burguês sobre minha própria reflexão sociológica. Os anos de 1967 e de 1968 (e este principalmente) suscitaram, no Brasil, muitas tentativas de oposição ao regime existente. Participei de várias delas, no plano dos debates sobre a reforma universitária, o desenvolvimento econômico, os requisitos da democracia, etc., ou através da ação política direta. Os auditórios, agora,

eram compostos, em sua maioria, por jovens radicais ou ultra-radicais e por simpatizantes de movimentos nacionalistas ou de esquerda. A ação política direta teve, por sua vez, um brilhante começo, na mobilização de massas e na realização de demonstrações de rua promissoras. Por aí, não só percebia as incongruências e as inconsistências dos movimentos inconformistas; também praticava uma sondagem sobre a natureza da opressão e da repressão na era atual. Os episódios do ataque policial camuflado aos estudantes, do bombardeio dos prédios da Faculdade de Filosofia e da morte do menor José Guimarães, na rua Maria Antônia [4], eram terríveis e exigiam uma revisão total da imagem corrente do «esclarecimento conservador» e da «nossa *tolerância proverbial*». Estávamos no centro de uma guerra civil *a quente* (a mobilização das elites no poder tomou esse caráter), que convertia os lápis e o papel, as máquinas de escrever e as idéias dos intelectuais radicais em armas de combate. Não obstante, a luta fora perdida! O que ficava patente era a continuidade da contra-revolução vitoriosa, o esforço bem sucedido de autoconsolidação de um Estado que se propunha eliminar os tempos políticos da revolução nacional para reforçar os tempos econômicos da intensificação da acumulação capitalista e da aceleração do desenvolvimento econômico. Os interesses burgueses se unificavam, portanto, a partir de dentro e a partir de fora, indicando que o clímax da transformação capitalista excluía as funções construtivas da Nação, a independência do Estado e a democracia. Tínhamos, na verdade, um auto-retrato do que é a *revolução burguesa* na periferia sob o capitalismo monopolista. Não era preciso muita «imaginação sociológica» para completar o quadro: bastava deixar que os fatos capitais marcassem a história em processo.

Graças à minha proscrição, tive três anos para meditar sobre tais fatos, durante minha agradável e reconfortante permanência na Universidade de Toronto. O meu trabalho obrigava-me a fazer análises comparadas: passei a considerar essa evolução à luz de processos análogos, que estavam ocorrendo em outros países da América Latina. Essas comparações foram decisivas para mim, pois elas evidenciavam em que sentido o que acontecia no Brasil era típico de um «estágio de incorporação», que exacerbava a dominação burguesa e a levava a converter o Estado autocrático, a

4. Veja-se, a respeito, *Os Episódios da Rua Maria Antônia (2 e 3 de outubro de 1968)*, ed. mimeografada, São Paulo, 1968, elaborada por uma comissão de professores.

um tempo, em uma cidadela e em um santuário. Podia, portanto, liquidar as últimas hesitações e todas as esperanças: dentro do capitalismo só existem saídas, na América Latina, para as minorias ricas, para as multinacionais, para as nações capitalistas hegemônicas e a sua superpotência, os Estados Unidos, questões que levantei nos ensaios que formam *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e em *Circuito Fechado* (cap. 3). De outro lado, devotei larga parte de meu ócio ao estudo da revolução socialista na Rússia, na China e em Cuba. Chamou-me a atenção as peculiaridades da revolução de 1905. Não só porque uma revolução burguesa em atraso se condenara ao aborto, mas, principalmente, porque a impotência da burguesia para realizar *todas as transformações* exigidas pelo capitalismo deixava em aberto muitas interrogações. Além disso, comparando-se a América Latina de hoje com a Rússia de 1905 obtém-se uma «correção histórica»; a chamada lei do desenvolvimento desigual e combinado pode favorecer, em dadas condições, as *forças da ordem*, especialmente quando estas conseguem esmagar prolongadamente todas as pressões que irrompem de baixo para cima. No entanto, repondo-se os fatos em um contexto mundial, por quanto tempo as «forças da ordem» poderão ditar as regras do jogo e usar a violência organizada como *ultima ratio?* As circularidades envolvidas emergiam claramente, seja quando se comparavam os países da América Latina, que caíram na órbita do «poder institucional», seja quando se estabeleciam comparações específicas entre «burguesias impotentes» para construir sua própria história. O que pude observar no Brasil, depois de meu retorno, de 1973 em diante, só serviu como elemento de comprovação. No clímax da industrialização maciça, da implantação interna das multinacionais e do gigantismo da intervenção econômica do Estado, a sociedade capitalista não oferece alternativas à maioria: não há mais como conciliar «a história como liberdade» com o capitalismo. Eu estava pronto para escrever a última parte de *A Revolução Burguesa no Brasil.*

Essa complicada e dolorosa trajetória intelectual, que procurei descrever de modo fiel, embora sumário, coloca duas questões finais. Uma diz respeito a saber-se se ela poderia (ou não) ter sido evitada. A outra relaciona-se com o problema suscitado na primeira parte deste ensaio, com a evocação do meu curto envolvimento direto na ação socialista revolucionária. O que significa, para nós, essa debilidade congênita, que converte os sociólogos, automática e inevitavelmente, em «intelectuais orgânicos da ordem»?

Se existisse uma conexão mais íntima e frutífera entre o ofício de sociólogo e o movimento socialista é quase óbvio que se lograria chegar mais depressa aos mesmos resultados (ou, quem sabe, a resultados ainda mais ricos e reveladores). No entanto, não devemos esquecer onde estamos e o que significa o tempo histórico da maior parte da América Latina, que oscila entre o capitalismo dependente e o subcapitalismo. Uma interpretação sociológica que se propõe, sem ambigüidades, os problemas centrais da época, à luz dos fatos cruciais e da história em processo, não é algo de somenos, quaisquer que sejam os ziguezagues do pensamento para atingir esse limiar. Primeiro, há a assinalar uma vitória líquida sobre o condicionamento ideológico, o «peso morto» da ordem existente. Lembro-me de Weffort e de sua constante preocupação com a ideologia: mas onde começa a ciência e termina a ideologia (ou vice-versa) no trabalho do sociólogo? Não posso nem devo ignorar o quanto as frustrações profissionais e políticas crispam a garra de um sociólogo socialista. Porém, sem simplificar as coisas para mim, não diria que a infiltração ideológica e utópica inerente ao socialismo produza um saldo negativo ou uma reação bloqueadora na interpretação sociológica do capitalismo dependente e de suas vinculações com o imperialismo. Isso só ocorre quando essa infiltração empobrece o horizonte intelectual ou enrijece a perspectiva de observação do sociólogo, graças aos influxos de um dogmatismo especulativo a que o sociólogo não tem direito, especialmente se for um sociólogo socialista. Tudo isso fica muito claro quando se considera que não são os socialistas que querem calar ou deturpar as verdades que a sociologia crítica pode descobrir. Os socialistas distinguem o «momento intelectual» do «momento político» no que se refere ao conhecimento científico. Embora estejam empenhados em passar de um a outro e de estabelecer uma relação dialética entre ambos, para eles o conhecimento sociológico só possui valor se for obtido dentro dos cânones da ciência e puder ser submetido ao *teste da prática,* pelo qual se determina seu grau de verdade, de capacidade de «transformar o mundo», ou o grau da revisão que se faz necessária. O que pressupõe um vínculo recíproco entre ciência, ideologia e utopia, que não aparece nem pode existir onde a imaginação sociológica não seja intrinsecamente revolucionária. Segundo, há a assinalar uma recuperação de toda uma *teoria,* posta à margem depressa demais por amor a um relativismo científico de cunho positivista ou historicista e por causa de um esquerdismo infantil. Por que não se falar de *revolução*

burguesa na periferia do mundo capitalista ou, então, por [illegible] ignorar o que uma burguesia «impotente» pode permitir ao imperialismo, como o «aliado principal», e fazer através de uma ditadura de classes aberta e de um «Estado democrático forte» *contra* as massas destituídas e trabalhadoras, como o «inimigo principal»? A revolução burguesa não se esgotou no passado, nos «casos clássicos», e tampouco vem a ser criador, para o sociólogo, imaginar a *transformação capitalista* dos países dependentes como *um mecanismo acima da história*. Os tempos e os ritmos históricos das «nações centrais» e das «nações periféricas» se unem ou se articulam e oferecem o contexto dentro do qual estruturas e processos elementares de produção ou de reprodução do capital, a forma de produção capitalista e das superestruturas sociais e políticas correspondentes irão aparecer nas fronteiras mais remotas do capitalismo monopolista, o qual internacionaliza a produção, o mercado, a tecnologia, os serviços, a dominação burguesa e o poder burguês, em nome de um *pacto sagrado* de aliança de luta de vida ou morte contra o socialismo. Estabelece-se uma coalescência que unifica os tentáculos do capitalismo e do seu sistema de poder em escala mundial. E essa realidade não pode ser procurada fora da história, fora do modo pelo qual as relações e conflitos de classes regulam *uma revolução burguesa em atraso*, temperando-a com os recursos materiais, culturais e policial-militares que a *incorporação* e um Estado ditatorial conferem às classes burguesas «impotentes». Portanto, quer se pergunte qual é «a realidade do capitalismo dependente de hoje», como deve fazer qualquer sociólogo competente, quer se pergunte o que espera uma burguesia que «perdeu a sua oportunidade», como o faria um teórico socialista (como Lenin, em suas «teses de Abril»), a resposta é a mesma. Deve-se principiar por descrever a saturação dos vazios históricos através da internacionalização dos processos econômicos e culturais fundamentais, do enrijecimento da dominação burguesa a partir de dentro e da criação de um monstruoso e tirânico Estado autocrático, que nega ou inverte todas as ideologias e utopias «democráticas», «igualitárias» e «nacionalistas», jogando-as na lata de lixo da história mesmo antes de qualquer transição para o socialismo. Pouco importa, pois, quão difícil venha a ser chegar-se a tal resultado, por quanto tempo ele será válido ou terá vigência de fato e se ele não seria redundante onde a relação entre ciência, ideologia e utopia prescinda de semelhante contribuição teórica do sociólogo.

Por fim, o que adiantaria cobrar do sociólogo, considerado individualmente, «maior coerência teórica com o socialismo»? Os papéis intelectuais que o sociólogo pode desempenhar não dependem dele, mas da organização externa da sociedade. Se o movimento socialista não existe ou é muito débil, suas possibilidades de contribuição ao socialismo serão, inevitavelmente, muito pobres e muito fracas. No cenário latino-americano, o Brasil aparece como o país no qual as tendências socialistas apareceram com a menor saliência, sem um impulso próprio para a autonomia criadora. Em todas as «linhas» as soluções sempre vieram do exterior, prontas e acabadas, restando-nos papéis tão passivos que também se pode falar, sem segundas intenções, em *relações coloniais à esquerda*. Essa situação interessa ao sociólogo, principalmente se ele procura suportes para abrir ou aprofundar rupturas com a ordem. A inexistência de um movimento socialista criativo, forte e independente significa que qualquer esforço na direção de uma sociologia crítica gravitará no vazio, ficando de antemão condenado ou como um radicalismo puramente subjetivo ou como uma oposição meramente simbólica. A esse respeito não basta que o sociólogo chegue a assumir, concretamente, uma *posição socialista*. Para ser efetivo, o socialismo precisa crescer como um movimento social reformista ou revolucionário e converter-se, socialmente, numa força de «revolução dentro da ordem» e de «revolução contra a ordem». Nesse caso, ele não apresenta, apenas, uma alternativa para as massas operárias, os «setores radicais» e o controle do poder pela maioria. Ele desponta, para os intelectuais, como um fator de dissociação da ordem existente e de formação de laços orgânicos seja com a maioria excluída, seja entre os que querem empregar o próprio talento na «transformação do mundo».

Ora, essa função o movimento socialista nunca chegou a preencher no Brasil. Até agora, apenas a ordem existente logrou formar os seus «intelectuais orgânicos». As minhas experiências, no que concerne ao movimento trotskista e, mais tarde, às várias correntes «nacionalistas» ou «de esquerda» — mais ou menos envolvidas na Campanha de Defesa da Escola Pública, nas agitações em prol das reformas de base (como a reforma universitária, a reforma agrária, etc.) e na luta pela implantação de um regime político democrático — foram produtivas e fecundas para mim. Contudo, a questão não é essa. O que o movimento socialista poderia e deveria fazer, para consolidar-se, expandir-se e gerar

quadros intelectuais próprios, essa é a questão. Sem que isso ocorra nunca teremos uma *sociologia crítica e militante* bastante ampla e consistente para «fazer a crítica da ordem» e ser útil à «transformação do mundo» e tampouco contaremos com pensadores socialistas originais e inventivos. Poder-se-ia dizer que os trotskistas não passavam de um «grupúsculo» — a palavra que se usa hoje na França — e por isso não possuíam condições para desdobrar as atividades dos intelectuais, ocupando-os, simultaneamente, em papéis políticos gerais, atribuídos a todos os militantes, e em papéis especialmente intelectuais, atribuídos aos «publicistas do partido». E, de fato, aí estava a raiz dos dilemas com que me defrontei, tendo de fazer uma dura opção entre «aproveitamento prático do talento» (que não era, apenas, uma exigência de escolher e seguir «uma carreira») e a «militância política». Não havia como ser sociólogo *através* e *dentro* do movimento. Na medida em que se constituiu todo um grupo de sociólogos na Universidade de São Paulo, e sociólogos voltados para o «conhecimento crítico da realidade» e para o «radicalismo intelectual», outro aspecto ainda mais grave iria delinear-se. Os vários partidos radicais de «centro» e da «esquerda» não souberam como orientar-se e comportar-se em relação a esses sociólogos, para aproveitá-los de forma imaginadora e construtiva. Reagiram diante deles mais em termos da utilidade de seu prestígio, que mediante uma diferenciação e reorganização dos próprios quadros, para incorporá-los à ação política permanente. Em conseqüência, o admirável não é que os sociólogos se descolassem de várias «posições de esquerda» — é que muitos deles mantivessem tais posições à revelia das pressões conservadoras e da falta de laços orgânicos com o movimento operário, sindical e socialista.

Temos implicadas, aí, duas óticas diversas. A percepção conservadora identifica todo sociólogo crítico com a «infiltração comunista» e com a «subversão». De uma perspectiva socialista, porém, esses riscos são líricos. Os sociólogos estavam e estão presos às teias profissionais e institucionais que os articulavam ou os articulam ao «trabalho acadêmico» e à ordem existente. Para romper essa limitação e suplantá-la seria preciso que o próprio movimento socialista adquirisse maior força e outra lucidez na compreensão dos papéis dos intelectuais e na vinculação de suas atividades específicas ao fomento do pensamento socialista revolucionário. Enquanto a percepção conservadora exorcizava a sociologia crítica e expulsava alguns de seus principais expoentes

do meio universitário, os círculos socialistas revolucionários desprezavam a sociologia, como a «ciência burguesa» por excelência, ignorando sua importância cultural e política na cena histórica brasileira. Essa equação é paradoxal e dela devemos extrair uma lição para o futuro. A sociologia foi relegada para o equivalente de um limbo histórico e, em conseqüência, o sociólogo defrontou-se com uma dupla condenação do tipo de explicação negadora do presente, que está em condições de produzir. Não obstante, a menos que o pensamento sociológico crítico ganhe maior apoio externo, não há como vincular a sociologia científica às forças sociais que operam, no plano reformista ou revolucionário, no sentido de «transformar a ordem existente». Além disso, a ruptura que se mantém como um componente estritamente intelectual não germina. Ao contrário, ela se torna impotente diante da repressão conservadora e acaba se esterilizando ou se desvanecendo. Para ir mais longe, portanto, o sociólogo que está disposto a arcar com seus papéis intelectuais críticos e militantes precisa de algo mais consistente que a ressonância publicitária e a gratificação do *ego:* a socialização que o incorpore aos grupos divergentes e aos movimentos de contestação em função desses papéis intelectuais. Somente por essa via ele poderá conquistar um novo patamar histórico, pelo qual a sociologia crítica se desprenderá do controle conservador e dos laços orgânicos com a ordem da sociedade capitalista. Enquanto isso não suceder todos os avanços serão esporádicos e tenderão a sumir com as oscilações da «tolerância burguesa», que não é muito grande, aliás, no que se refere às ciências sociais.

APÊNDICE *

Autodefesa

São Paulo, 9 de setembro de 1964

SENHOR TENENTE-CORONEL:

Há quase vinte anos venho dando o melhor do meu esforço para ajudar a construir em São Paulo um núcleo de es-

* Texto da carta que precedeu à prisão do autor da mesma, por três dias, em setembro de 1964. Vários colegas sugeriram que a publicasse em um de meus livros. Como documento para que se qualifique e se entenda o que vêm a ser *os quadros de ruptura*, penso que o texto vem a ser uma peça fundamental nesta obra.

tudos universitários digno desse nome. Por grandes que sejam minhas falhas e por pequena que tenha sido minha contribuição individual, esse objetivo constitui o principal alvo de minha vida, dando sentido às minhas atividades como professor, como pesquisador e como cientista. Por isso foi com indisfarçável desencanto e com indignação que vi as escolas e os institutos da Universidade de São Paulo serem incluídos na rede de investigação sumária, de caráter «policial-militar», que visa a apurar os antros de corrupção e os centros de agitação subversiva no seio dos serviços públicos mantidos pelo Governo Estadual.

Não somos um bando de malfeitores. Nem a ética universitária nos permitiria converter o ensino em fonte de pregação político-partidária. Os que exploram meios ilícitos de enriquecimento e de aumento do poder afastam-se, cuidadosa e sabidamente, da área do ensino (especialmente do ensino superior). Em nosso país, o ensino só fornece ônus e pesados encargos, oferecendo escassos atrativos mesmo para os honestos, quanto mais para os que manipulam a corrupção como um estilo de vida. Doutro lado, quem pretendesse devotar-se à agitação político-partidária seria desaviso se se cingisse às limitações insanáveis que as relações pedagógicas impõem ao intercâmbio das gerações.

Vendo as coisas desse ângulo (e não me parece que exista outro diverso), recebi a convocação para ser inquirido «policial-militarmente» como uma injúria, que afronta a um tempo o espírito de trabalho universitário e a mentalidade científica, afetando-me, portanto, tanto pessoalmente, quanto na minha condição de membro do corpo de docentes e investigadores da Universidade de São Paulo. Foi com melancólica surpresa que vislumbrei a indiferença da alta administração universitária diante dessa inovação, que estabelece nova tutela sobre a nossa atividade intelectual. Possuímos critérios próprios para a seleção e a promoção do pessoal docente e de pesquisas. Atente Va. Sa. para as seguintes indicações, que extraio de minha experiência pessoal e que ilustram um caso entre muitos. Formado entre 1941-1944, obtive meu grau de mestre em ciências sociais em 1947, com um trabalho de 328 p. (em composição tipográfica); o grau de doutor, em 1951, com um estudo de 419 p. (também em composição tipográfica); o título de livre-docente, em 1953, com um ensaio de 145 p. (idem); e, somente agora, acho-me em condições de me aventurar ao passo decisivo, o concurso de cátedra, com uma monografia de 743 p. (idem). Nesse interim, trabalhei como assis-

tente de 1945 a 1954, sendo responsável pela direção da cadeira que ocupo apenas depois de 1955. Outros colegas, que militam em setores onde a competição costuma ser mais árdua, enfrentam crivos ainda mais duros para a realização de suas carreiras. Isso evidencia, por si só, que dispomos de padrões próprios — a um tempo: adequados, altamente seletivos e exigentes — para forjar mecanismos auto-suficientes de organização e de supervisão.

Não obstante, acato as determinações, que não estão em meu alcance modificar. Por quê? Por uma razão muito simples. Nada tendo a ocultar ou a temer, entendo que seria improdutivo enfrentar de outra forma tal vicissitude. A nossa escola, por ser inovadora e por ter contribuído de maneira poderosa para a renovação dos hábitos intelectuais e mentais imperantes no Brasil, foi vítima de um processo de estigmatização que muito nos tem prejudicado, direta e indiretamente. Não podendo destruir-nos, os agentes da estagnação cultural optaram pela difamação gratuita e pela detratação sistemática. Ambas não impediram que a nossa escola avançasse até atingir sua situação atual, ímpar no cenário cultural latino-americano. Conseguimos sobreviver e vencer, apesar dessa resistência tortuosa e dos seus efeitos nocivos. Cada professor que desse, nas atuais circunstâncias, vazão a seus sentimentos e convicções pessoais, recusando a submeter-se ao inquérito policial-militar, estaria favorecendo, ineludivelmente, esse terrível jogo, para o desdouro final da nossa escola.

Ao aceitar, pois, a posição a que me vi reduzido, faço-o sob plena consciência de deveres intelectuais maiores, a que não posso fugir ou desmerecer. Todavia, esse procedimento não envolve transigência ou omissão. Como no passado, continuo e continuarei fiel às mesmas normas que sempre orientaram o meu labor intelectual, como professor, como pesquisador e como cientista. Não existem dois caminhos na vida universitária e na investigação científica. A liberdade intelectual, a objetividade e o amor à verdade resumem os apanágios do universitário e do homem de ciência autênticos. Estamos permanentemente empenhados numa luta sem fim pelo aperfeiçoamento incessante da natureza humana, da civilização e da sociedade, o que nos leva a perquirir as formas mais eficientes para aumentar a capacidade de conhecimento do Homem e para elevar sua faculdade de agir com crescente autonomia moral. Não desertei nem desertarei dessa luta, a única que confere à Universidade de São Paulo grandeza

real, como agente de um processo histórico que tende a incluir o Brasil entre as nações democráticas de nossa era.

Aproveito o ensejo para subscrever-me, atenciosamente,

DR. FLORESTAN FERNANDES
Professor da Cadeira de Sociologia I

Ao Exmo. Senhor
Tenente-Coronel Bernardo Schönmann
Encarregado do Inquérito Policial-Militar junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. — *Em Mãos* —

CAPÍTULO 9

A GERAÇÃO PERDIDA

A IDÉIA de escrever este pequeno ensaio surgiu ao acaso. Nunca fui muito afeito aos «balanços de geração» e apesar da constante leitura de Mannheim bem como da impressão profunda que me causara um texto de Gramsci, sempre pensei que os intelectuais exageram a importância desse conceito. De outro lado, a nossa história cultural é mais marcada por influências que vêm de fora, que por continuidades e descontinuidades internas. Quando me via compelido a falar em termos de geração, sentia-me confuso, porque me considerava mais próximo dos que vinham, e um tanto envergonhado, como se estivesse me apropriando de um valor alheio, pela evocação de uma amorfa categoria de referência, que me parecia valorizar-me pela idade e pelo significado da contribuição positiva de outros. No fundo, o meu próprio desenraizamento não me prendia ao passado da *intelligentsia* e as minhas posições nasciam de convicções abstratas, de idéias políticas e de um processo intelectual — o crescimento do setor de ciências sociais na USP — que suprimiam, de mim, a necessidade de identificar-me com determinada geração ou fragmento de geração.

Foi, portanto, sob forte perturbação intelectual e emocional que me defrontei com algo que, para mim, pareceu uma realidade: a descoberta de que pertenço a uma *geração perdida*, um conjunto de intelectuais que enfrentou os seus papéis e, em sentido concreto, cumpriu suas tarefas. Mas, nem por isso, chegou a atingir os seus objetivos e a ver o seu talento aproveitado pela sociedade. Não diria que a nossa presença tenha sido inútil: ela não foi e por isto se justifica este ensaio. No entanto, a nossa presença transcendeu às possibilidades da história, na medida em que a sociedade brasileira precisava de nós, contudo, ao mesmo tempo, não tinha como livrar-se de estruturas de poder obsoletas, que entraram em conflito frontal com as nossas tentativas de um audacioso «salto para a frente». Como nos desenhos animados, a piscina foi esvaziada tão depressa que o nosso mergulho ter-